

Aprovada em
1º turno, PEC
foi relatada por
Demostenes
Torres



Senado simplifica processo de divórcio

página 3

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 3.151/246 — Brasília, 7 a 13 de dezembro de 2009

EDIÇÃO SEMANAL



Empresa pode ser obrigada a indenizar por *overbooking*

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou projeto da senadora Serys Slhessarenko que prevê pagamento a passageiro prejudicado

por companhia aérea que vender passagens em excesso e cancelar voos. Proposta deve seguir para a Câmara dos Deputados.

páginas 8 e 9



Filas em aeroportos foram comuns na crise de 2007: mais assentos vendidos do que os realmente existentes

FÁBIO POZZEROM/ABR

— cidadania

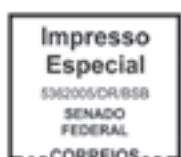
Call centers ainda têm serviço ruim

As regras que obrigam as empresas a melhorar o atendimento aos consumidores por telefone completaram um ano, mas não são cumpridas. Reincidentes, telefônicas são as que recebem maior número de multas.

página 16

e mais...

projetos aprovados	4 e 5
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



Plenário decidirá sobre Venezuela no Mercosul

Está marcada para esta quarta-feira a votação, no Plenário do Senado, da entrada da Venezuela no Mercosul. Apesar de enfrentar polêmica, o projeto já foi acolhido pela Câmara dos Deputados, pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e pela Comissão de Relações Exteriores.

página 2

Sistema de inteligência será alterado

Três propostas sugerem reforma nas atividades de inteligência no Brasil e melhorias no controle parlamentar. Seminário internacional aponta falhas no intercâmbio entre serviços secretos, Na América Latina, problema estaria no aparelhamento político.

página 7

Senadores pedem o fim da impunidade

Em discursos na sexta-feira, Pedro Simon, Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa lamentaram o escândalo que atinge o governo do Distrito Federal e a Câmara Legislativa. A punição dos responsáveis está entre as medidas apontadas como fundamentais para inibir a ação de corruptos.

página 12

agenda



Deputado Dr. Rosinha (D), à frente dos senadores Mesquita Júnior e Sérgio Zambiasi, em reunião do Parlamento do Mercosul no Uruguai

Plenário decide sobre Venezuela no Mercosul

Apesar da polêmica em torno da adesão ao bloco, ela já foi aprovada pela Câmara, pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e pela CRE

Está marcada para esta quarta-feira a votação, em Plenário, do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul (PDS 430/08), assinado em Caracas, em julho de 2006, pelos presidentes dos países do Mercosul: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Aprovado pela Câmara e pela

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o projeto foi submetido à Comissão de Relações Exteriores (CRE) em outubro último e aprovado a partir de voto em separado do senador Romero Jucá (PMDB-RR). O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), deu parecer contrário, rejeitado pela comissão.

Para ele, o governo Hugo Chávez traz "incertezas quanto ao cumprimento de compromissos no âmbito do Mercosul". Jucá, por sua vez, afirma que um veto à entrada da Venezuela no Mercosul é preocupante, "pois representaria um ato de hostilidade do Estado brasileiro contra um país amigo".

DOMÉSTICOS

As relações de trabalho dos empregados domésticos poderão ser regidas por normas comuns nos quatro países – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – que integram o Mercosul. As regras constam de projeto que define o Regime Laboral do Pessoal de Serviço Doméstico, aprovado na semana passada pelo Parlasul, em Montevideu.

CULTURA

Os pontos de cultura, instalados em diversas cidades do Brasil durante o atual governo, poderão espalhar-se agora por todo o Mercosul. Projeto com este objetivo, apresentado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), foi aprovado pelo Parlasul e será agora encaminhado ao Conselho do Mercado Comum, órgão máximo da integração regional.

TRIBUNAL

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou ao Parlasul projeto de criação do Tribunal de Contas do Mercosul, que deverá acompanhar e fiscalizar a utilização de recursos por órgãos regionais. "Já temos o Focem, que logo, logo vai financiar mais de US\$ 1 bilhão nos diversos países do bloco. Esses orçamentos tendem a aumentar consideravelmente e não há um sistema de fiscalização", observou.

MUJICA

A eleição de José Pepe Mujica para a presidência do Uruguai foi bem recebida pelos brasileiros do Parlasul. Candidato pela Frente Ampla, mesmo grupo político do atual presidente, Tabaré Vázquez, Mujica recebeu 51,9% dos votos e incluiu em sua plataforma a defesa do Mercosul (veja página 14). "Será bom para a América Latina e para o Mercosul", previu Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

ELEIÇÕES

A falta de uma lei para regulamentar as primeiras eleições de brasileiros para o Parlasul – que deveria vigorar em 2010 – adiou as primeiras eleições diretas para 2012, paralelamente às eleições municipais, ou 2014, com as eleições gerais. A definição só ocorrerá depois do estabelecimento das regras para a escolha dos integrantes do Parlasul, acreditam os atuais representantes brasileiros.

UNILA

O projeto de lei que cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) foi aprovado na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e segue ao exame do Plenário. A sede da Unila será em Foz do Iguaçu (PR), que faz fronteira com Argentina e Paraguai, e a universidade será vinculada ao Ministério da Educação.

ACORDOS

Quatro projetos de decreto legislativo que envolvem acordos entre Brasil e Alemanha foram aprovados pela CRE. Um deles, o PDS 865/09, refere-se a financiamentos do governo alemão para a construção de pequenas centrais hidrelétricas no Brasil. Os outros três tratam de dependentes de pessoal diplomático, segurança pública e energia renovável.

PALESTINA

A ONU fracassou na tarefa de ajudar na construção do Estado Palestino, declarou o diretor do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, Giancarlo Summa, em homenagem do Congresso Nacional pelo Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. "Cada dia 29 de novembro é mais um ano no qual admitimos o fracasso na construção do Estado Palestino, que é um direito", disse.

comissões

Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

Agência – A comissão debate projeto que trata das agências reguladoras. Foram convidados, entre outros, o vice-presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Ralph Lima Terra, e o presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), Wanderlino Teixeira de Carvalho.

Terça-feira

9h30 – REFORMA AGRÁRIA

Aloe vera – Em debate, os critérios adotados para o registro e regulamentação do uso de aloe vera e as reais propriedades do produto para sua classificação. Serão ouvidos representantes do Ministério da Agricultura e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além do diretor-executivo do Conselho Internacional da Ciência do Aloe, Bill Coats.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Fies – A comissão analisa projeto que permite abatimento de saldo devedor do Fies aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família.

11h – EDUCAÇÃO

Pós-graduação – Analisa projeto que cria programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação.

10h – MEIO AMBIENTE

Gestão – A comissão ouve o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, que vai apresentar os resultados de sua gestão. Em seguida, analisa projeto que estende incentivos especiais a produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária.

14h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Evento – Promove seminário conjun-

to com comissões da Câmara para debater proposta de substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre folha de pagamento por uma contribuição de 0,5% sobre a movimentação financeira. Estão convidados o secretário municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho de São Paulo, Marcos Cintra; e os ministros do Trabalho, Carlos Lupi; da Previdência Social, José Pimentel; e da Fazenda, Guido Mantega.

10h – CONGRESSO

Homenagem – Sessão solene para comemorar o Dia do Marinheiro, celebrado em 13 de dezembro – nascimento do almirante Joaquim Marques Lisboa – o Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rádios – Analisa proposta que prevê a divulgação na internet de informações que permitam à sociedade saber como

estão sendo empregados os recursos dos contribuintes.

10h – EDUCAÇÃO

Samba – Audiência pública para

homenagear os compositores de música popular e discutir as principais dificuldades enfrentadas pela categoria. Entre os convidados, os compositores Nelson Sargento, Wilson Moreira e Noca da Portela.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Caatinga – Na pauta, proposta de emenda à Constituição (PEC 32/08) que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Quarta-feira

10h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

10h – Sessão especial

Homenagem – Comemoração dos 370 anos da expedição amazônica de Pedro Teixeira, desbravador português considerado o conquistador da Amazônia.

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

decisões

ESTAGIÁRIOS

O vale-transporte também poderá ser um direito dos estagiários, determina projeto do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 216/06) altera a lei que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo (Lei 6.494/77) para garantir o benefício também aos estudantes.

BOLSISTAS DO PROUNI

O PLC 151/08, que permite a transferência de bolsistas entre faculdades participantes do Programa Universidade para Todos (ProUni), foi aprovado pelo Plenário e volta à Câmara, pois recebeu duas emendas na Comissão de Educação (CE). O bolsista do ProUni poderá solicitar transferência para outra instituição que participa desse programa, desde que haja bolsa análoga disponível para curso correspondente àquele para o qual foi admitido.

TRANSPORTE ESTUDANTIL

Os municípios brasileiros poderão ganhar mais ônibus para transporte de estudantes, segundo proposta (PLS 47/08) do ex-senador Expedito Júnior que a CCJ aprovou em decisão terminativa. O texto destina obrigatoriamente para o transporte escolar das prefeituras os veículos de transporte coletivo apreendidos e para os quais foi aplicada a pena de "perdimento", por terem ingressado irregularmente no Brasil.

CLUBES DE FUTEBOL

O PLS 293/01, aprovado pelo Plenário na semana passada, regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelecendo normas específicas para a prática, a administração transparente das ligas e entidades e a responsabilidade de seus administradores. De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, o projeto agora vai à Câmara dos Deputados.

ISENÇÃO DE IR E CSLL

O ganho de capital obtido na venda de bens do ativo imobilizado (na forma de imóveis, equipamentos, veículos) poderá ser isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), medida que beneficiaria as empresas tributadas com base no lucro real. É o que prevê o PLS 409/09, do senador Marco Maciel (DEM-PE), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Com a aprovação da mudança pelo Plenário, casais poderão se divorciar e voltar a se casar logo em seguida

PEC que facilita divórcio é aprovada em 1º turno

Proposta dispensa as atuais exigências de separação judicial prévia por mais de um ano, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos

Os senadores aprovaram em primeiro turno proposta de emenda à Constituição (PEC 28/09) que acaba com a exigência da separação judicial prévia por mais de um ano, ou da comprovação de separação de fato por mais de dois anos, para a obtenção do divórcio. A PEC é do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ).

– Com essa PEC, o divórcio pode ser feito a qualquer tempo, como acontece em qualquer lugar

do mundo – disse o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou que a proposta foi apelidada de PEC do Amor, já que permite, após uma separação, a realização imediata de um novo casamento reconhecido pela lei.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) discordou. Em sua avaliação, o pré-requisito de um ano para reavaliação, pelas partes, da conveniência

da dissolução do casamento tinha o objetivo de garantir ao casal a oportunidade de pensar melhor.

– Se pudermos dissolver o casamento de um dia para o outro, estaremos colocando as mulheres, a parte mais frágil da relação, numa situação de insegurança – avaliou o senador.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), porém, “a mudança será recebida com muita felicidade por pessoas que querem legitimar sua união”.

Vale-cultura passa por comissões e vai ao Plenário

Projeto que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura foi aprovado pelas comissões de Educação, Cultura e Esportes (CE), Assuntos Sociais (CAS) e CCJ. O texto está na pauta do Plenário e, como tramita em regime de urgência, se não for votado até 12 de dezembro passará a bloquear a pauta.

A proposta visa incentivar o trabalhador a frequentar cinemas,

teatros, museus e *shows*, além de adquirir livros, CDs e DVDs, entre outros produtos culturais. Na CCJ, a proposta foi acolhida com emenda do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para incluir periódicos entre produtos que podem ser adquiridos com o vale-cultura.

De acordo com o projeto do Executivo (PLC 221/09), já aprovado pela Câmara, o vale será

de R\$ 50 por mês, fornecido prioritariamente às pessoas com renda mensal de até cinco salários mínimos mensais. Até 10% do valor do vale-cultura poderão ser descontados da remuneração desses trabalhadores.

As empresas que declaram Imposto de Renda com base no lucro real poderão aderir ao vale-cultura e terão direito a deduzir até 1% do imposto devido.

Estabilidade para quem tem a guarda de bebê

Quem detiver a guarda de criança recém-nascida quando da morte da mãe pode passar a ter direito à estabilidade provisória no emprego, estabelece o PLC 62/09, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta da deputada Nair Xavier Lobo (PMDB-GO) estende ao detentor da guarda da criança o benefício constitucional assegurado hoje à gestante, explicou o relator, senador Mão Santa (PSC-PI). Segundo ele, a medida poderá contribuir para maior proteção à infância, bem como para estimular a paternidade responsável e a adoção. Mão Santa ressaltou que é dever do Estado assegurar à criança o direito à vida, à saúde, à alimentação para poder se desenvolver e viver com dignidade.

Bolsa aos guias de para-olímpicos deficientes visuais

O Projeto de Lei do Senado 320/09, que concede bolsa-atleta aos guias dos para-olímpicos deficientes visuais, foi aprovado pelo Plenário. A bolsa-atleta é destinada aos praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e ao Comitê Paraolímpico Internacional. Por essa lei, a bolsa-atleta garante aos beneficiados valores mensais que, no caso da categoria atleta olímpico e paraolímpico, é de R\$ 2.500. O projeto, apresentado pela CE, estabelece ainda que o guia será avaliado segundo os resultados do para-atleta com quem compete para a definição da categoria de bolsa-atleta a que terá direito.

Regulamentação da Justiça de Paz passa na CCJ

A regulamentação da Justiça de Paz – instituição prevista na Constituição –, definida no PLS 551/07, do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), foi aprovada pelos integrantes da CCJ, em decisão terminativa.

A Justiça de Paz, a ser criada e mantida pela União no Distrito Federal e nos territórios, e pelos estados, terá competência para promover a conciliação em questões relativas ao Direito de Família e ao das Sucessões que não envolvam patrimônio, pacificar conflitos de vizinhança e cuidar para que sejam respeitados os direitos e as garantias fundamentais, entre outras atribuições.

Cadastro positivo perto de virar lei

A alteração da Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 263/04), do ex-senador Rodolpho Tourinho, que cria o cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito ou concessão de financiamento ao consumidor foi aprovada na CCJ. O texto exige que o consumidor autorize previamente que o fornecedor encaminhe aos serviços de proteção ao crédito dados sobre o pagamento de débitos e empréstimos. Pela legislação em vigor, o Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) só dispõe de cadastros negativos, ou seja, lista de pessoas inadimplentes.

Vacinação voluntária nas empresas

Com alterações, o PLC 97/01, que institui o Programa Voluntário de Vacinação (PVV), passou pelo Plenário do Senado. Por causa das emendas, a proposta do deputado Nelson Proença (PPS-RS) retornará à Câmara. Pelo texto, as empresas brasileiras poderão fornecer vacinas a seus empregados e respectivos dependentes, caso resolvam participar do programa. Os dados da vacinação terão de ser comunicados pelas empresas às autoridades de saúde, sempre que forem solicitados.

Combate ao crime organizado ganha força e penas pesadas

Plenário aprova projeto da senadora Serys Slhessarenko que prevê até dez anos de cadeia a quem organizar estrutura para lucrar com práticas ilegais. Proposta agora será analisada pelos deputados

O Plenário do Senado aprovou e enviou à Câmara substitutivo do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que trata da repressão ao crime organizado (PLS 150/06). O texto permite que membros do Ministério Público (MP) participem da investigação criminal apenas na fase de informações complementares necessárias à fundamentação da denúncia que será apresentada à Justiça.

Pelo projeto, organização criminosa é a associação de três ou mais pessoas para obter vantagem com a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional. Quem participar poderá ser punido com prisão de três a dez anos e multa, sem prejuízo das penas correspondentes



Secretária da Mesa, Claudia Lyra, e os senadores Romero Jucá, Mercadante, Marconi Perillo (sentado) e Augusto Botelho

aos demais crimes praticados. A mesma pena se aplica a quem fraudar concursos públicos e licitações; intimidar testemunhas ou

funcionários públicos que apuram as atividades da organização; impedir ou criar dificuldades à investigação; financiar campanhas

políticas para eleger candidatos com o objetivo de garantir ou facilitar as ações de organizações; manter armas e munição ilegais.

Mentir para CPI agora pode se tornar crime

Em primeiro turno, o Plenário aprovou o PLS 226/06, da CPI dos Correios, que considera crime se acusado ou indiciado mentir em processo judicial ou administrativo, inquérito policial, civil e administrativo, juízo arbitral ou ao depor em comissões parlamentares de inquérito (CPIs). A iniciativa também estende as hipóteses dos crimes de falso testemunho e falsa perícia ao processo administrativo e aos inquéritos civil e administrativo.

Conselhos vão decidir demissão de juizes

Juizes e membros do Ministério Público envolvidos em atos criminosos poderão perder o cargo por decisão de dois terços do conselho nacional ao qual estiverem vinculados, prevê proposta de emenda à Constituição (PEC 89/03) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto votado foi um substitutivo elaborado pelo relator, Demostenes Torres (DEM-GO).

Só mulheres trabalharão em presídios femininos

Presídios femininos devem contar apenas com agentes de segurança do sexo feminino, determina projeto de lei da Câmara (PLC 48/07) aprovado pelo Plenário. O texto estabelece que as penitenciárias destinadas às mulheres tenham como efetivo de segurança interna somente agentes femininas. Apresentado pelo deputado Alberto Fraga (DEM-DF), o projeto agora vai à sanção do presidente da República.

Novo Código mantém rigor contra violência doméstica

A violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não será julgada nos juizados especiais criminais, nem estará sujeita ao instituto da suspensão condicional do processo. Esse é um dos pontos do parecer do senador Renato Casagrande (PSB-ES) ao projeto de reforma do Código de Processo Penal (PLS 156/09), em debate desde maio passado em uma comissão especial de 11 senadores. A Lei Maria da Penha pune a violência doméstica que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial. Ela estabelece explicitamente que, aos crimes praticados dentro de sua abrangência, não se aplicam os procedimentos previstos nos juizados especiais criminais. Porém, a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto transformado no PLS 156/09, na prática teria excluído essa proibição. – Considerando que poderiam surgir dúvidas quanto à aplicação do procedimento a ser tomado diante dos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, e para que não parem dúvidas, tornou-se conveniente explicitar no relatório que a Lei Maria da Penha não está sujeita aos juizados especiais – afirmou Renato Casagrande. A prisão especial também é alterada no texto de Casagrande. A prisão especial para ministros de Estado, governadores, prefeitos, secretários, parlamentares, delegados de polícia e magistrados, entre outros, seria extinta. Em seu lugar, somente seriam recolhidos em quartéis ou outros locais que não o estabelecimento penal o preso que, pelas circunstâncias de fato ou por suas condições pessoais, estiver com sua integridade física em risco.

Site da internet dirá quem são e onde vivem pedófilos

Qualquer cidadão previamente cadastrado poderá ter livre acesso a banco de dados de condenados em sentenças definitivas por crimes de pedofilia. É o que prevê o PLS 338/09, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), aprovado pela CCJ. Esse banco deverá conter nome completo, data de nascimento, onde mora, trabalha ou estuda o indivíduo, além de sua fotografia e o crime pelo qual foi sentenciado. A matéria segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para decisão terminativa. Uma rede semelhante já funciona, com sucesso, nos Estados Unidos, explica a senadora. O sistema permite aos pais saber da existência de pedófilos que tenham cumprido pena residindo próximo à residência ou à escola de seus filhos. Assim, terão como identificar fisicamente essas pessoas e adotar medidas de proteção, destacou. Para a autora, o acesso aos dados é justificável como ação de defesa, já que a pedofilia é um transtorno psiquiátrico que não desaparece com a simples repressão penal.

DJ MALBORO

Em curto depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, o radialista Fernando Luis Mattos da Matta, o DJ Marlboro, negou ter abusado de uma menina. Ele e Junia Fonseca Duarte, que é parente da criança, são réus em um inquérito que corre no Rio de Janeiro por supostamente abusarem de G.M.C., de 4 anos, no sítio do radialista. – Não fiz nada que estão falando, é uma armação. Não estive no meu sítio no período que me acusam. Estou confiante que tudo será esclarecido. Minha vida é limpa e transparente – garantiu DJ Marlboro, que diz só ter visto a criança por duas vezes.

Aprovada a PEC que cria piso salarial de policiais e bombeiros

Texto que passou pelo Plenário e foi enviado à Câmara dos Deputados determina que a União deverá participar do custeio dos novos salários, ajudando estados na implantação imediata da medida

Com tramitação acelerada e votação em dois turnos, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 41/08, que determina a edição de lei para fixar piso salarial dos policiais civis e militares e dos bombeiros, da ativa ou aposentados. Agora, o texto será debatido pelos deputados.

O projeto também estabelece que a União participe no custeio de parte da implantação desse valor, por meio de fundo próprio, formado com receitas tributárias federais. A proposta do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) já havia passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde uma emenda do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), reduziu de dois para um ano o prazo para o início da



Votação da PEC 41/08 é comemorada em Plenário: recursos oriundos do Pronasci

implementação gradual do piso. Outra emenda permitiu a inclusão dos integrantes dos Corpos de Bombeiros Militares.

Para antecipar o início da aplicação do piso, Demostenes propôs que o presidente da República deverá baixar ato dando início à

seu implementação gradual dentro de um ano após a promulgação da PEC. Assim, a remuneração mínima começará a ser paga mesmo se ainda não tiver sido aprovada a lei que deve regulamentar em definitivo tanto o piso quanto o funcionamento do fundo, que deve complementar o pagamento nos estados sem meios para arcar com a totalidade da nova despesa.

Segundo Demostenes, os recursos podem começar a ser transferidos aos estados por meio do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), dentro das prioridades estabelecidas pelo Executivo. Ele disse que fez consultas ao Ministério da Justiça para que o texto final da PEC tenha condições de ser efetivamente implementado pelo Executivo.

Subcomissão discute polêmico projeto que unifica as polícias

Antes de implementar medidas como a unificação das polícias civil e militar, é necessário colocar em prática um sistema de avaliação para todo o quadro de segurança pública do país, capaz de indicar onde estão seus “gargalos”, afirmou o coronel da Polícia Militar Abelmiro de Sá Ribas, presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, durante audiência pública realizada no Senado.

O debate foi promovido pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que está vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. A subcomissão é presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor da proposta (PEC 21/05) que permite a unificação das polícias civil e militar.

MINISTÉRIO DA DEFESA

O Plenário aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 126/07) para alterar e modernizar as competências do Ministério da Defesa. O texto modifica a Lei 10.683/03, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. A matéria vai agora à sanção.

JUIZADOS ESPECIAIS

Também segue para sanção presidencial o PLS 118/05, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), de criação dos juizados especiais da Fazenda Pública para processar causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos.

DEFENSORES

A CCJ aprovou em caráter terminativo parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 43/09) permitindo que a Defensoria Pública pratique diversos atos na fase de execução da sentença penal condenatória.

projetos aprovados

De 30 de novembro a 4 de dezembro							
<p>Plenário</p> <p>➔ PEC 12A/06 – Institui regime especial de pagamento de precatórios pelos estados, Distrito Federal e municípios. Vai à promulgação.</p> <p>➔ PRS 62/09 – Estabelece a comprovação de adimplência de devedor de recursos da União. À promulgação.</p> <p>Vão à sanção</p> <p>➔ PLC 118/05 – Cria juizados especiais da Fazenda Pública nos estados, Distrito Federal, territórios e municípios.</p> <p>➔ PLC 85/04 – Altera o Código de Processo Civil a fim de dispensar a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado.</p> <p>➔ PLC 15/06 – Dispõe sobre a representação nas causas de valor até 20 salários mínimos.</p> <p>➔ PLC 71/06 – Confere legitimidade ativa perante os</p>	<p>juizados especiais cíveis às organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e às sociedades de Crédito ao Microempreendedor.</p> <p>➔ PLC 72/06 – Altera o Código de Processo Civil para incluir como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.</p> <p>➔ PLC 38/07 – Estabelece que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.</p> <p>➔ PLC 48/07 – Determina que estabelecimentos penais destinados a mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.</p> <p>➔ PLC 126/07 – Altera competências do Ministério da Defesa.</p> <p>➔ PLC 127/07 – Define franquia de bagagem.</p> <p>➔ PLC 5/08 – Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional.</p> <p>➔ PLC 47/08 – Permite a aplicação de sanções e</p>	<p>penas ao responsável por ato de improbidade e restringe a aplicação da pena de ressarcimento.</p> <p>➔ PLC 154/08 – Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.</p> <p>Vão à Câmara</p> <p>➔ PLS 110/05 – Altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação.</p> <p>➔ PLC 104/07 – Torna obrigatória a implementação, em hospitais e maternidades, de protocolo terapêutico para a prevenção do HIV.</p> <p>➔ PLC 34/01 – Determina a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.</p> <p>➔ PLC 97/01 – Institui o Programa Voluntário de Vacinação.</p> <p>➔ PLC 35/03 – Inclui os dubladores na categoria de intérpretes ou executantes.</p>	<p>➔ PLC 151/08 – Permite ao estudante do ProUni solicitar transferência para outra instituição participante do programa.</p> <p>➔ PLS 293/01 – Estabelece normas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores.</p> <p>➔ PLS 220/06 – Altera o Código de Processo Civil para reduzir o prazo para a interposição de recursos.</p> <p>➔ PLS 320/09 – Estende os benefícios do Bolsa Atleta aos guias dos para-atletas deficientes visuais.</p> <p>➔ PDS 52/07 – Trata da realização de plebiscito sobre a criação do estado do Carajás.</p> <p>➔ PEC 7/08 – Transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.</p> <p>➔ PEC 41/08 – Institui o piso salarial para os servidores policiais.</p>	<p>➔ PLS 150/06 – Trata de repressão ao crime organizado.</p> <p>➔ PDS 931/09 – Referendo para decidir sobre a alteração da hora nos estados do Pará e do Amazonas.</p> <p>Comissões</p> <p>CAE</p> <p>➔ PLS 409/09, de Marco Maciel (DEM-PE) – Exclui da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido o ganho de capital auferido por pessoa jurídica na alienação de bens registrados no ativo imobilizado. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLS 448/07, de Pedro Simon (PMDB-RS) – Trata de auxílio financeiro da União aos institutos históricos e geográficos. À Câmara.</p> <p>CCT</p> <p>A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou 31 projetos de decretos legislativos que autorizam a outorga de concessões a emissoras de rádio e</p>	<p>televisão.</p> <p>CAS</p> <p>➔ PLC 111/09 – Restringe a venda de antibióticos. À Câmara.</p> <p>➔ PLS 216/06, de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) – Assegura aos estagiários o direito ao vale-transporte. À Câmara.</p> <p>➔ PLS 317/07, de Lúcia Vânia (PSDB-GO) – Prevê a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso. À Câmara.</p> <p>➔ PLS 344/06, de Osmar Dias (PDT-PR) – Revoga a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.</p> <p>➔ PLS 51/07, de Ideli Salvatti (PT-SC) – Garante fornecimento de vacinação antipapilomavirus (HPV) à população. À Câmara.</p> <p>➔ PLS 371/09, de Paulo Paim (PT-RS) – Permite</p>	<p>ao trabalhador com 35 anos de contribuição sacar recursos do FGTS; à trabalhadora, com 30 anos. À Câmara.</p> <p>➔ PLS 210/09, de Valdir Raupp (PMDB-RO) – Submete ao regime de vigilância sanitária os equipamentos e produtos destinados à emissão de raios laser de uso médico, industrial, de entretenimento ou de qualquer outro uso envolvendo risco à saúde humana individual ou coletiva. À Câmara.</p> <p>➔ PLS 79/09, de Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Altera a CLT para tratar da coação moral ou do assédio moral no trabalho. À Câmara.</p> <p>➔ PLC 144/09 – Regulamenta a profissão de apicultor. À sanção.</p> <p>CCJ</p> <p>➔ PLC 294/09 – Cria cargos em comissão destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça. À sanção.</p> <p>➔ PLC 43/09 – Altera a Lei de Execução Penal para</p>	<p>garantir assistência jurídica ao preso dentro do presídio. À sanção.</p> <p>➔ PLC 279/09 – Cria cargos efetivos, comissionados e funções para o Ministério da Educação. À sanção.</p> <p>➔ PLS 116/00 – Legaliza a ortotanásia. À Câmara.</p> <p>➔ PLS 664/07, de Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Torna obrigatório o uso e a manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeroportos. À Câmara.</p> <p>➔ PLS 47/08, do ex-senador Expedito Júnior – Prevê que os veículos de transporte coletivo apreendidos, e com pena de perdimento sejam destinados para o transporte escolar das prefeituras. À Câmara.</p> <p>CDR</p> <p>➔ PLS 198/09, de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) – Estabelece que os municípios deverão organizar conselhos de política urbana e de habitação para se habilitar a receber recursos federais destinados a programas de desenvolvimento urbano e de habitação. À Câmara.</p>

São publicadas nesta seção as proposições aprovadas em definitivo em Plenário e nas comissões



Autor da PEC dos Precatórios, Renan Calheiros (E) conversa com José Nery e João Pedro. Medida ajuda estados e municípios

Senadores aprovam a PEC dos Precatórios

Vai à promulgação proposta que prioriza pagamento das dívidas judiciais alimentícias e de menor valor da União, estados, municípios e DF

O Senado aprovou em dois turnos a proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera as regras para o pagamento de precatórios, que são as dívidas judiciais da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A PEC 12-A/06 criou um regime especial através do qual a quitação dos precatórios alimentícios e de menor valor terão prioridade sobre os demais.

A proposta é um substitutivo da Câmara à PEC 12/06, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e foi aprovada com parecer favorável da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) pela Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na manhã da última quarta-feira.

Graças a acordo de líderes, várias sessões deliberativas foram convocadas sucessivamente para que a proposição pudesse ser votada em dois turnos pelo Plenário, na noite do mesmo dia.

Segundo Kátia Abreu, a aprovação da PEC 12-A/06 deve permitir que a maioria dos municípios e estados saldem essas dívidas em até 15 anos.

Para o senador João Tenório (PSDB-AL), o Congresso legislou pensando nos entes federativos, mas não levou em conta

as dificuldades que enfrentam os contribuintes para receber os créditos que detêm junto aos diferentes níveis de governo.

O texto aprovado obriga os municípios a destinarem entre 1% e 1,5% de suas receitas correntes líquidas para o pagamento dos precatórios. Esse percentual, para os estados, é de entre 1,5% e 2%. Os valores das dívidas receberão atualização monetária conforme as regras da caderneta de poupança. Ainda de acordo com a PEC 12-A/06, 50% dos recursos dos precatórios vão ser usados para o pagamento por ordem cronológica e à vista.

Paraenses podem ter plebiscito sobre estado do Carajás

Foi aprovado com emendas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto de decreto legislativo (PDS 52/07) que trata da realização de plebiscito sobre a criação do estado do Carajás, conforme determina a Constituição.

Se a criação do estado vier a ser aprovada no plebiscito, este será composto por 38 municípios, no sul e sudeste do Pará, numa área de 280 mil quilômetros quadrados, com população de 1,4 milhão de habitantes. O

projeto segue para a Câmara.

Valter Pereira (PMDB-MS), relator do PDS 52/07 na CCJ, considera que o Pará está sobrecarregado em seus serviços públicos e que a divisão do estado "aliviaria o ônus administrativo e suas sequelas para as finanças públicas" do Pará.

De acordo com a proposta, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) terá seis meses, a partir da publicação da lei, para realizar os plebiscitos nos municípios envolvidos.

Municípios poderão ter que manter cadastro para habitação

Para disciplinar o recebimento de recursos federais destinados a programas de desenvolvimento urbano e de habitação, a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou proposta para exigir que os municípios brasileiros organizem conselhos de Política Urbana e de Habitação para se habilitarem a receber esses recursos. O projeto segue agora para a Câmara.

Pelo PLS 198/09, da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), relatado por Jefferson Praia (PDT-AM), os municípios terão prazo de três anos para elaborar, e manter atualizado, um cadastro público de beneficiários de programas habitacionais de interesse social. Ela explica que a medida pretende excluir as pessoas que já tiverem sido atendidas.

Proposta autoriza criação de banco para o Centro-Oeste

O Plenário aprovou emenda substitutiva ao projeto (PLS 303/08) que autoriza o Executivo a criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCCO). O futuro banco será criado para apoiar projetos de desenvolvimento nos estados do Centro-Oeste e sua principal fonte de receitas será o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Recursos federais para preservar memória histórica

A União poderá repassar recursos a institutos históricos e geográficos para preservação da memória histórica e geográfica regional. É o que prevê o PLS 448/07, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e que segue para a Câmara. Para acesso às verbas, as entidades precisam ter caráter privado, não ter fins lucrativos e ser declaradas de utilidade pública.

Aprovado projeto que impõe limites à terceirização

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou em decisão terminativa proposta que proíbe a contratação da prestação de serviços que estejam incluídos entre as atribuições regulares de servidores ou que representem necessidade finalística, essencial ou permanente dos órgãos da administração pública.

Conforme substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) ao projeto (PLS 223/09) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), as exceções referem-se à realização de tarefas executivas, como as de limpeza e operação de elevadores, entre outras, e a atividades que atendam às necessidades de pesquisa e inovação tecnológica e de serviços de tecnologia de informação indisponíveis no quadro técnico efetivo.

Regras para contratar pessoas com deficiência

Pessoas portadoras de necessidades especiais deverão ocupar pelo menos 5% dos cargos e empregos públicos. É o que determina o substitutivo ao PLS 382/03 aprovado pelo Plenário. O texto passará por uma votação em turno suplementar.

Pelo substitutivo, os órgãos da administração pública direta e indireta de todos os poderes da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal preencherão, no mínimo, 5% de seus cargos e empregos com pessoas portadoras de deficiência. Os concursos de provas e títulos realizados pela administração pública direta e indireta deverão reservar entre 5% e 20% das vagas para pessoas com deficiência.

Posse poderá ser garantida para quem passou em concurso

Proposta que determina o direito à posse no cargo de pessoa aprovada em concurso público dentro do número de vagas do edital foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Autora do projeto (PEC 37/09), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) menciona decisões do Poder Judiciário que garantem esse direito. A PEC, que segue para o Plenário, determina que o candidato aprovado dentro do número de vagas definido no edital tem direito à nomeação para assumir emprego público durante o prazo de validade previsto no edital de convocação. A Constituição apenas fixa hoje que, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados.

Universidades federais ganham 8,4 mil cargos

A criação de 8.400 cargos para o Ministério da Educação, entre os quais 2.800 para professores universitários, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, que também aprovou a criação de 14 novos cargos em comissão no grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para necessidades de segurança do Poder Executivo.

No Ministério da Educação, o projeto (PLC 279/09) cria cargos efetivos, comissionados e funções gratificadas para redistribuição às instituições federais de ensino superior.

Já os cargos propostos para o Executivo são destinados ao Gabinete Institucional da Presidência da República e ao Ministério da Justiça.

Exigência de diploma para jornalistas

A exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista poderá ser inserida na Constituição. É o que prevê substitutivo de Inácio Arruda (PCdoB-CE) à proposta de emenda à Constituição (PEC 33/09) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, que recebeu voto contrário apenas dos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

O colaborador, o profissional que já estiver trabalhando como jornalista na data de promulgação da emenda constitucional e o jornalista provisionado com registro profissional regular ficarão dispensados da exigência do diploma para atuar na área.

Regulamentação para apicultores, DJs e nutricionistas

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou em decisão terminativa projetos de lei que regulamentam as profissões de apicultor, DJ e nutricionista. A votação da proposta que beneficia os apicultores (PLS 144/09) e da que regulamenta a profissão de DJ (PLS 740/07) contou com a presença de representantes dessas categorias, que vieram de todo o Brasil.

A relatora da proposta que regulamenta a profissão de apicultor, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), defendeu a ampliação das linhas de crédito, bem como maior qualificação dos profissionais, para que a atividade possa se desenvolver. A senadora também sugeriu mais pesquisas nas universidades e instituições para aumentar a produção apícola.

democracia

Crise da Abin abre debate sobre sistema de inteligência

Denúncias de escutas ilegais patrocinadas por órgão federal despertam atenção do Congresso para necessidade de melhorar regulamentação

No momento em que o Brasil amplia a sua influência no cenário mundial, fica ainda mais evidente a carência de um sistema de inteligência capaz de proteger e ajudar a potencializar as riquezas do país. Abalado por uma crise no ano passado, em que agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foram acusados de realizar escutas de conversas telefônicas de altos membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, o sistema nacional de inteligência agora é alvo de propostas para reestruturar o setor.

Como parte do esforço para dar a dimensão desejada aos serviços de inteligência nacionais, as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) da Câmara e do Senado promoveram um seminário internacional na semana passada, em que especialistas apontaram sugestões, especialmente para o controle das atividades de inteligência, considerado essencial para que a democracia e os direitos individuais não corram riscos (leia mais abaixo).

Proposta centraliza serviços que hoje não trocam informações

Uma PEC é a aposta do deputado Severiano Alves (PMDB-BA), que, para melhorar a eficiência do setor, instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, composto por um órgão central de coordenação dos diversos serviços hoje existentes (militar, policial, fiscal e financeiro), responsável pelo planejamento estratégico e por estimular o intercâmbio de informação entre as estruturas existentes.

A proposta garante a preservação da identidade dos agentes e o sigilo da atividade, remetendo à legislação a descrição dos meios e técnicas que podem ser usados, que devem estar de acordo com os direitos e as garantias individuais. Estados e municípios também podem, segundo a PEC, criar os seus próprios serviços de inteligência.

A PEC dá ao Legislativo um apoio na sua tarefa de fiscalização,

E já existem propostas para isso. Além do projeto que o governo pretende enviar para o Congresso ainda este ano definindo uma nova política nacional de inteligência, deputados e senadores já analisam duas propostas para melhorar a regulamentação do setor. Um projeto de resolução (PRN 2/08) altera a composição da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), que, mesmo depois da crise do ano passado, pouco se reúne e, assim, não faz a supervisão da área (confira ao lado).

Os parlamentares também vão decidir se dão status constitucional à inteligência. Esse é o teor da proposta de emenda à Constituição (PEC 398/09, na Câmara) que delinea funções, organização, limites e controle da atividade de inteligência, instituindo um Conselho de Controle da Atividade de Inteligência, formado por representantes dos três Poderes e do Ministério Público.

O grande debate deve ocorrer quando a proposta do Executivo chegar ao Congresso.

ao criar o Conselho de Controle da Atividade de Inteligência. O novo órgão teria sete conselheiros não parlamentares, com mandato de cinco anos, indicados pelo Senado, pela Câmara, pelo presidente da República e pelos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público.

Segundo o consultor legislativo do Senado Joanisval Brito Gonçalves, esse conselho tem como inspiração os modelos português e canadense e pode profissionalizar a supervisão constante do sistema, já que seria formado por pessoas com conhecimentos técnicos na área. O consultor, doutor na área, é um dos que entendem que a inteligência, por ser uma atividade essencial do Estado, deve estar na Constituição assim como outros setores, como as Forças Armadas e a Segurança Pública.



Senador Eduardo Azeredo, na abertura do seminário internacional que reuniu especialistas de seis países, além do Brasil

Maior desafio ainda é como controlar atividades

O seminário internacional "Atividade de inteligência e controle parlamentar: fortalecendo a democracia" reuniu na última terça-feira especialistas do Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Chile e Portugal, que apresentaram os modelos locais e os principais desafios para o bom desempenho da atividade de inteligência.

A falta de intercâmbio de dados entre os diversos órgãos do setor (polícias, agências próprias, entre outros), que ficou evidente depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos

Estados Unidos, é um dos problemas identificados. Tidos como referência na área, os Estados Unidos gastam cerca de US\$ 50 bilhões com inteligência por ano, enquanto o orçamento da Abin em 2008 foi de R\$ 226 milhões.

Em países da América Latina, que criaram seus sistemas nas últimas décadas, depois de anos de ditadura, as principais deficiências apontadas são a falta de controle, o aparelhamento político das estruturas de inteligência para servir a um determinado governo e o vazamento de informações nos Legislativos.

A ausência de órgãos de controle que tenham membros com mandatos fixos, a exemplo das agências reguladoras, também é constante na região.

– O risco de abuso da inteligência em nome da segurança, como resultado da crescente cooperação internacional, não diminui, só aumenta. Dessa forma, é urgente a tarefa de estabelecer os correspondentes mecanismos de supervisão, por mais quixotescos que sejam – afirmou o pesquisador da Universidade de Liverpool (Inglaterra) Peter Gill, em sua palestra no seminário.

PROPOSTA AMPLIA COMISSÃO

Para melhorar o desempenho da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), o Congresso poderá votar até o final do ano o projeto de resolução (PRN 2/08) que dá um regimento interno para a comissão, ampliando a sua composição.

Os presidentes das comissões, o deputado Severiano Alves (PMDB-BA) e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), reconhecem que a composição atual da comissão dificulta a realização de reuniões. A CCAI é formada pelos presidentes das CREs e pelos líderes da maioria e da minoria, parlamentares sempre muito ocupados.

Lei que criou a Abin completa dez anos

Nesta segunda-feira, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) completa dez anos. A data corresponde à entrada em vigor da Lei 9.883, de 7 de dezembro em 1999, que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência e tem a Abin como coordenadora e órgão central do setor no âmbito federal.

Pela lei, as atividades de inteligência têm que se concentrar na defesa da soberania nacional, da democracia, da

sociedade e na atuação eficiente da administração pública. Além da inteligência, que busca dados e análises para basear decisões estratégicas do Estado, a Abin também desenvolve a contrainteligência, entendida como a proteção dos interesses nacionais de grupos privados ou de outros países. Hoje, há superintendências estaduais do órgão em todos os estados e representação da Abin em cinco países do continente.

No ano passado, a denúncia de que a Abin teria grampeado sem autorização judicial conversa telefônica entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes (foto à direita), e o senador Demostenes Torres (DEM-GO) provocou a demissão do então diretor do órgão, Paulo Lacerda (foto à esquerda). Inquérito da Polícia Federal, no entanto, foi concluído sem apontar culpados nem confirmar o grampo.



aviação

Overbooking poderá gerar indenização

Além de cumprir contrato de transporte previsto no bilhete, empresas aéreas terão que compensar passageiros por transtorno

Sempre que o embarque ou a partida do avião deixarem de acontecer dentro do previsto, os passageiros terão direito a uma indenização, a ser paga imediatamente pela empresa aérea, em dinheiro ou créditos. A medida, prevista em projeto de lei (PLS 114/04) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), aprovado na semana passada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), vale tanto para os casos de *overbooking* – excesso de reservas confirmadas para um mesmo voo – quanto para cancelamentos ou interrupções e ainda atrasos superiores a duas horas (confira no quadro um resumo das medidas).

Hoje, somente números de atrasos e cancelamentos são divulgados

No caso de vítimas de *overbooking*, a indenização será correspondente ao valor da maior tarifa cobrada pela companhia no trecho considerado, em dinheiro ou crédito aberto em favor do passageiro na mesma empresa. A legislação brasileira se aproxima, assim, das normas dos países mais avançados (veja texto na página ao lado).

O assunto do *overbooking* tornou-se mais evidente após o chamado apagão aéreo, em 2006, que motivou até mesmo a criação de duas comissões parlamentares de inquérito no Congresso (leia mais

na página ao lado). Há dois anos, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deixou de divulgar as estatísticas de eficiência das empresas aéreas. Assim, não existem dados confiáveis sobre o número de casos de *overbooking*, mas apenas em relação a atrasos ou cancelamentos de voos (confira nos infográficos).

Como foi aprovado na comissão um substitutivo (reunindo as sugestões de quatro projetos), será necessário um turno suplementar de votação na própria CDR nesta semana. Entretanto, como o texto passou por unanimidade, é remota a chance de mudança da decisão. Desse modo, se não houver recurso ao Plenário, o projeto poderá ser enviado à Câmara antes do recesso parlamentar.

O texto aprovado altera a Lei 7.565/86 – o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) – e reúne em um único artigo (229) todas as situações em que o embarque do passageiro ou a partida da aeronave deixem de ocorrer no horário previsto, por motivos alheios à vontade do passageiro: cancelamento ou interrupção do voo, *overbooking* e atraso superior a duas horas.

– Em todos esses casos, o passageiro fará jus a indenização pelo transtorno ou prejuízo sofrido – explica Almeida Lima



Fila no aeroporto de Guarulhos (SP): excesso de reservas para mesmo voo é comum em épocas mais movimentadas

(PMDB-SE) em seu relatório, lido na reunião da CDR por Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

A indenização não livra a empresa do dever de cumprir o contrato de transporte previsto no bilhete, que poderá ser usufruído, a critério do consumidor, na forma de reembolso do valor do bilhete, endosso da passagem para outra companhia ou acomodação em voo (com serviço equivalente e para o mesmo destino) que saia no máximo quatro horas depois de seu horário original de embarque.

Serys diz que decidiu apresentar o projeto depois de constatar que o *overbooking* estava prejudicando milhares de passageiros, especialmente nos períodos de maior movimento, como férias ou fins de semana prolongados. Nesses casos, hoje, o único recurso para buscar reparação pelos danos sofridos é na Justiça (veja texto nesta edição).

– O CBA não contempla adequadamente os direitos dos passageiros e a legislação setorial deveria conter dispositivos que assegurassem a reparação de danos compatível com os transtornos causados aos passageiros, sem a necessidade de se recorrer a processo civil, usualmente demorado – disse a senadora.

O que determina o projeto

Indenização

A vítima de *overbooking* terá direito a uma indenização (em dinheiro ou crédito em seu nome, a critério do passageiro) – paga imediatamente após a empresa negar o embarque – equivalente ao valor da tarifa sem descontos cobrada pelo trecho.

Atraso máximo

O projeto reduz o limite aceitável de atraso nos voos de quatro para duas horas, a partir das quais o passageiro poderá exigir indenização e, ainda, o reembolso ou a acomodação em outro voo.

Ausência (no-show)

Usados pelas empresas para justificar a prática de *overbooking*, os casos de passageiros que não compareceram para embarcar (os chamados *no-show*) poderão ser alvo de multas, a serem definidas no contrato de transporte entre a companhia e os passageiros.

Compensação

Além da indenização, a empresa deve garantir ao passageiro o cumprimento do contrato de transporte aéreo (previsto no bilhete), em uma de três formas, a critério do consumidor: reembolso do valor pago pelo bilhete; endosso da passagem para outra companhia aérea; ou acomodação em voo equivalente para o mesmo destino

Regras sugeridas pela Anac

Proposta da agência torna mais clara as formas de indenização, veja abaixo quais direitos teriam os clientes de acordo com o tipo de ocorrência

Overbooking



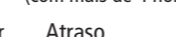
Cancelamento



Atraso



Interrupção



Legenda
 SS Reembolso do valor da passagem
 L Reacomodação na mesma cia. aérea
 X Endosso para voo em outra cia. aérea
 ? Assistência (comida, comunicação e/ou hospedagem)

Voando alto

Transporte aéreo cresce e se populariza exigindo melhor infraestrutura

Números do mercado doméstico

- 1.002.514 horas voadas
- 634.194.830 km voados
- 102.656.795 assentos oferecidos
- 68.991.509 assentos pagos (67% do total)
- 56.204.766 passageiros embarcados (2,47% do total mundial)
- 682.393 voos realizados
- 44.163 funcionários nas 19 empresas em operação
- 359 aviões, dos quais 127 da TAM e 115 da Gol/Varig
- 67 aeroportos operados pela Infraero atendem a 97% do movimento

Só metade dos voos sai no horário

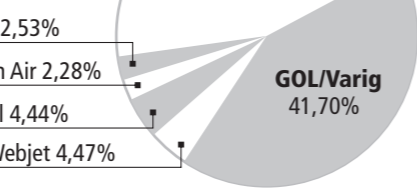
Maioria dos atrasos é inferior a 30 minutos (*)

Porcentagem	Status	Descrição
44,94%	CONFIRMADO	NO HORÁRIO, OU ADIANTADO
35,88%	ATRASADO	ATÉ 30 MIN DE ATRASO
10,89%	ATRASADO	DE 30 MIN A 1 HORA
4,29%	ATRASADO	DE 1 A 2 HORAS
0,90%	ATRASADO	DE 2 A 3 HORAS
0,53%	ATRASADO	ACIMA DE 3 HORAS
2,47%	CANCELADO	VOOS CANCELADOS

(*) Dados relativos a 2008, voos domésticos nos oito aeroportos nacionais de maior movimento. Importante: A Anac informa em seu site que a publicação de estatísticas sobre índices de regularidade, pontualidade e eficiência operacional está suspensa desde janeiro de 2008 porque os critérios adotados passam por revisão.

Explosão de consumo

Mercado doméstico brasileiro dobrou em uma década e já transporta quase 50 milhões de passageiros



Briga de cachorro grande

Dois grupos praticamente dividem o mercado doméstico brasileiro (dados relativos a outubro de 2009)

Para senadores, lei branda incentivou desrespeitos

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), autor de um dos projetos aproveitados pelo substitutivo (o PLS 283/07), era importante revisar os artigos do CBA que tratam dos direitos dos passageiros submetidos a atrasos de voos, já que, nos mais de 20 anos de vigência do código, a tecnologia das empresas e a estrutura dos aeroportos melhoraram consideravelmente.

– Nossa proposta reduz de quatro para duas horas o período necessário para que esses direitos possam ser reclamados. Também propusemos que a empresa indenize os passageiros pelo atraso em valor igual ao preço da passagem comprada, independentemente do cumprimento do contrato de transporte ou do ressarcimento dos valores inicialmente pagos, situações já previstas no atual texto do CBA – justifica o senador.

Serys Slhessarenko concorda que, no âmbito do Direito Aeronáutico, as garantias dadas aos passageiros são muito restritas, por isso apresentou outro projeto (PLS 429/07) que instituiu indenizações em caso de atrasos ou cancelamentos. A medida também foi aproveitada no texto aprovado pela CDR. Todas as despesas decorrentes da interrupção ou do atraso



Casagrande quer reduzir de quatro para duas horas o período para passageiros reclamarem direitos. Serys critica o atual tratamento dado aos usuários



FOTOS: GERALDO MAGELA

Apagão aéreo expôs fragilidade do sistema

O apagão aéreo foi uma série de colapsos no transporte aéreo deflagrada após a queda do voo 1907 da Gol, em 29 de setembro de 2006. O acidente (o segundo maior da história do país) causou a morte de 154 pessoas e aconteceu depois de um choque do Boeing com um jato particular Legacy 600.

Oito controladores de voo foram afastados, pois os dois aviões jamais poderiam estar voando em altitudes e rotas tão próximas. Sem controladores extras, outros tiveram que ser deslocados para controlar a falta dos que estavam afastados. Um mês depois, a categoria iniciou uma greve branca para pressionar o governo a atender reivindicações.

Ainda em outubro de 2006, uma pane no centro de processamento de dados obrigou o Cindacta 2 a desligar o sistema de radar no sul do país, o que provocou atrasos enormes em

quase 150 voos, levando a enormes filas e caos absoluto na maioria dos aeroportos do país.

A partir daí, a opinião pública descobriu que o setor aéreo enfrentava uma série de problemas. Os recursos da área eram mal administrados; os aeroportos não tinham estrutura adequada para atender à crescente demanda; faltavam controladores e melhores condições de trabalho para eles.

Tudo isso foi investigado em profundidade por duas comissões parlamentares de inquérito, uma na Câmara e outra no Senado, ambas encerradas em outubro de 2007. Presidência pelo senador Renato Casagrande, a CPI do Senado também trouxe, em seu relatório de mais de mil páginas, considerações e sugestões sobre os direitos dos passageiros, inclusive nos casos de *overbooking*, e deu apoio à aprovação de diversos projetos, entre eles o PLS 114/04, da senadora Serys.

Justiça já condenou empresas por excesso de reservas

Antes mesmo de decisões do Congresso Nacional ou do Poder Executivo, em caso de mudança na portaria da Anac, o Poder Judiciário já vem dando razão aos consumidores vítimas do *overbooking*.

No final de outubro, os desembargadores da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro confirmaram sentença em primeira instância que assegurou a uma família indenização de R\$ 20 mil, a título de danos morais, em um caso de *overbooking* da Gol Transportes Aéreos.

O casal Rafael e Mônica Rick e suas duas filhas tinham quatro passagens aéreas confirmadas para Porto Alegre a fim de passar as festas de fim de ano de 2007, mas foram surpreendidos, no aeroporto, com a notícia de que não havia assentos disponíveis no avião para as meni-

nas de 7 e 10 anos, que assim tiveram que viajar no colo dos pais.

A decisão está longe de ser inédita. Há dois anos, a Justiça gaúcha mandou a TAM Linhas Aéreas indenizar por danos morais, com 20 salários mínimos (R\$ 9,3 mil, em valores atuais) para cada um, dois passageiros que perderam um voo porque a companhia vendeu mais passagens do que a quantidade de assentos disponíveis. O *overbooking* foi considerado prática ilegal pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por contrariar o Código de Defesa do Consumidor.

– Inicialmente usado apenas para compensar o não comparecimento, o *overbooking* tornou-se uma ferramenta para assegurar melhor resultado econômico do voo, priorizando os passageiros da chamada

Anac quer ampliar direitos, mas não pensa em compensação financeira

Somente no ano passado, cresceu 10,1% o número de passageiros embarcados em voos regulares e não regulares de empresas brasileiras. Nos últimos dez anos, o volume de passageiros que voaram em companhias nacionais deu um salto de 146%, passando de 22,8 milhões em 1998 para 56,2 milhões em 2008. Os problemas da vertiginosa ampliação do mercado vieram na mesma velocidade.

Responsável por fiscalizar o setor, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pretende apresentar, no início do próximo ano, uma revisão das normas de atendimento e indenização aos passageiros prejudicados. Na verdade, há dois anos chegou a ser feita uma consulta pública pela entidade, com uma proposta específica para os casos de *overbooking* (que ela chama de “preterição”) em que se previam compensações em dinheiro que

poderiam chegar até a R\$ 2.400 por passageiro.

A iniciativa não teve continuidade depois da troca de comando da Anac, em 2007, um dos efeitos do apagão aéreo. Agora, a agência recolhe desde abril sugestões para modificar a Portaria 676/CG-5, que regula o atendimento aos passageiros em casos de atraso, cancelamento e “preterição”. Pelo menos até agora, as indenizações antes imaginadas (e previstas no projeto aprovado pelo Senado) foram deixadas de lado.

As principais mudanças se referem ao prazo que a companhia tem para dar assistência aos passageiros em caso de atraso; à obrigação de antecipar informações aos passageiros nos casos de atraso, cancelamento ou *overbooking*; e também à obrigação de prestar assistência ao passageiro mesmo que ele já esteja a bordo da aeronave.

Nos EUA, restituições podem chegar ao dobro do valor do bilhete

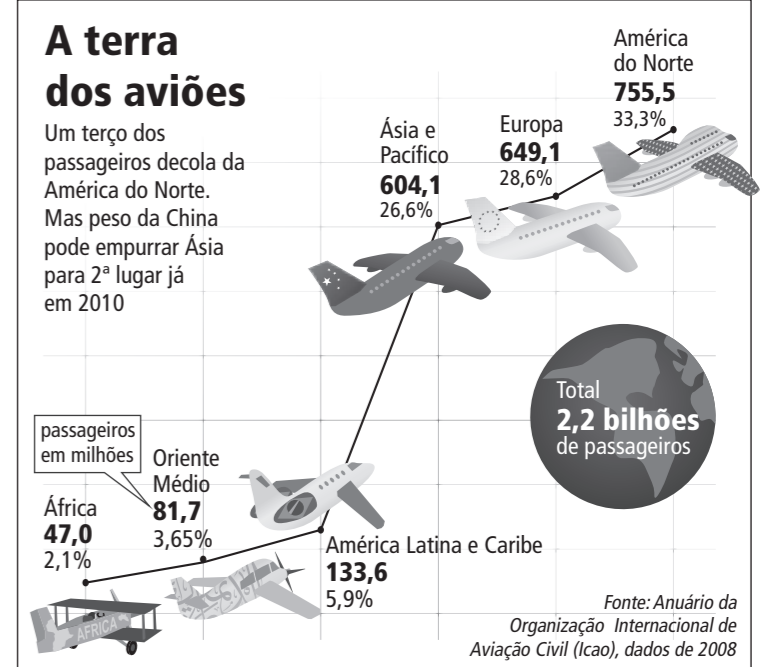
Após forte pressão da opinião pública e da imprensa, a prática do *overbooking* passou a ser reprimida nos Estados Unidos em 1997, com uma portaria baixada pelo Ministério dos Transportes relacionada ao que lá é chamado de *oversales* (venda em excesso). As regras protegem o consumidor contra a prática adotada pelas empresas e asseguram uma indenização de até o dobro do valor pago pela passagem.

A maioria das legislações adotadas em relação ao tema no mundo segue o modelo norte-americano. Nos casos de mais bilhetes vendidos do que os assentos disponíveis no avião, a regulamentação dos EUA exige que, a princípio, a empresa aérea procure voluntários para não embarcar, em troca de compensação financeira – são os chamados *overbookings* voluntários. Tanto pode ser em dinheiro como em crédito de bilhetes, sempre à

escolha do consumidor. Os demais passageiros são considerados como *overbookings* involuntários e, entre eles, serão definidos os que vão embarcar ou não. Regras e critérios para esse processo jamais poderão estabelecer preferências ou vantagens para qualquer passageiro.

As regras tarifárias aplicadas nas compensações por *overbooking* são tornadas públicas antecipadamente pelas empresas, inclusive a hipótese de se oferecer bilhete aéreo grátis ou a preço reduzido em vez da compensação em dinheiro. Nesses casos, a compensação sempre deverá ser igual ou maior que a indenização em dinheiro.

A compensação em dinheiro pelo *overbooking* deve corresponder a 200% do valor dos trechos de viagem ainda não utilizados – ou, caso não existam escalas ou conexões, até o destino final – no limite de US\$ 400.



Fonte: Anuário da Organização Internacional de Aviação Civil (Icao), dados de 2008

decisões

Comissão aprova projeto que legaliza ortotanásia

Proposta que prevê interrupção de procedimentos artificiais para prolongar a vida de pacientes em estado terminal passa na CCJ e segue para a Câmara

Em tramitação no Senado há nove anos, o projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que legaliza a ortotanásia (PLS 116/00) foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ortotanásia é a interrupção de procedimentos artificiais para prolongar a vida de pacientes em estado terminal, baseada no conceito de morte em paz. É diferente da eutanásia, quando são adotadas ações para acelerar a morte. A proposta segue para a Câmara.

De acordo com o projeto, não será mais considerado crime deixar de fazer uso de meios “desproporcionais e extraordinários”, em situação de morte iminente ou

inevitável, no âmbito dos cuidados paliativos dispensados a paciente terminal. Para isso, é necessário o consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, do cônjuge ou companheiro, ascendente (pais e avós), descendente (filhos) ou irmão. A situação de morte inevitável e próxima deve ainda ser previamente atestada por dois médicos.

Camata fala em humanização da morte

Para Camata, excluir a ortotanásia da condição de ilicitude no Código Penal corresponde a garantir o direito que toda pessoa deve ter de humanizar seu processo de morte. O senador avalia que isso representa evitar

“prolongamentos irracionais e cruéis” da vida do paciente, para poupar o próprio doente e sua família de todo o desgaste que essa situação envolve.

Camata passou a cobrar com mais empenho a aceleração da proposta a partir de 2006, quando a Justiça Federal suspendeu os efeitos de resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que regulamentava a ortotanásia. Autor da ação, o Ministério Público argumentou que a prática pode caracterizar homicídio e os médicos podem responder criminalmente se suspenderem tratamentos que prolongam artificialmente a vida de pacientes terminais, mesmo a pedido do doente ou da família.

Rede privada de saúde poderá atender casos de urgência do SUS

O Plenário do Senado aprovou substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto de lei da Câmara (PLC 69/01) que determina que o atendimento de urgências e emergências médicas, no Sistema Único de Saúde (SUS), seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, quando o SUS não tiver condições de garantir assistência. A proposta é do senador Paulo Paim (PT-RS), apresentada quando ainda era deputado, e passará por uma votação suplementar.

Pela lei 8.080/90, quando o SUS não tiver disponibilidade para garantir cobertura assistencial à população de determinada área, deverá recorrer aos serviços da iniciativa privada. A novidade do projeto, no texto substitutivo, é instituir a prestação de servi-



Proposta de Paim quando ainda era deputado prevê ressarcimento para casos de emergência

ços pela iniciativa privada nas emergências médicas. Conforme a proposta, nessa hipótese, fica a iniciativa privada autorizada a prestar o serviço na medida necessária à salvaguarda da vida e da saúde do paciente, independentemente da existência de contrato ou convênio.

Proposta prevê punição a maus gestores do SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de lei que visa estabelecer instrumentos legais para apurar responsabilidades e aplicar sanções aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) que não cumprirem as obrigações assumidas. A proposta, do senador Augusto Botelho (PT-RR), ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O relator do projeto (PLS 190/09), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), disse que o SUS é “um sistema único no mundo no que tange a idealização”, mas sua aplicação não é eficiente por falta de normas que responsabilizem os gestores.



Ao lado de Demostenes (D), Temporão afirma que, de acordo com dados do Inca e da UFRJ, quase 2,7 mil mortes por ano são causadas pelo fumo passivo no país

Ministro da Saúde debate fumo em ambientes fechados

Ao discutir o uso de cigarros, charutos, cachimbos e outros produtos derivados do tabaco em ambientes coletivos fechados, públicos ou privados, os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se dividiram entre duas possibilidades: a proibição total e a permissão parcial. Na primeira vertente se aliaram os senadores Tião Viana (PT-AC), autor do PLS 315/08, e a senadora Marina Silva (PV-AC), que deu parecer favorável a esse projeto. Na segunda, destaque para o senador Romero Jucá (PMDB-RR), autor do PLS 316/08.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, fez uma defesa pública do PLS 315/08 na CCJ. Como o alvo da proposta é livrar os fumantes passivos dos prejuízos causados à saúde pelo

cigarro e similares, Temporão citou estudo conjunto do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) contabilizando quase 2,7 mil mortes por ano no país causadas pelo fumo passivo. Marina assinalou que o diagnóstico e o tratamento de doenças causadas pelo tabagismo passivo chegam a R\$ 19,15 milhões por ano.

ACOMODAÇÃO

A oferta, pela rede hoteleira, de acomodações separadas para fumantes e não fumantes poderá passar a ser obrigatória, conforme projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. A proposta, que vai a Plenário, foi aprovada na forma de substitutivo da Câmara ao PLS 10/00 e obriga os estabelecimentos que possuem mais de 80 quartos ou apartamentos a reservarem 20% deles para utilização exclusiva de hóspedes não fumantes.

EXAMES NA ESCOLA

Os estabelecimentos públicos de ensino básico poderão ser obrigados a realizar exames de acuidade visual e auditiva nos estudantes, especialmente nos da educação infantil. É o que prevê projeto aprovado pela Comissão de Educação. O substitutivo do relator Flávio Arns (PSDB-PR) ao projeto (PLC 52/03) amplia a lista de exames obrigatórios realizados em recém-nascido e em crianças em idade pré-escolar.

SAÚDE DE ATLETAS

Para dar maiores garantias à saúde dos atletas e árbitros brasileiros, a Comissão de Educação aprovou proposta para exigir a presença de equipes de emergência médica durante todos os eventos esportivos realizados no país. O projeto (PLC 122/08) determina ainda que todas as entidades responsáveis por práticas esportivas sejam obrigadas a promover exames periódicos destinados a avaliar a saúde física de seus atletas.

A cobertura completa dos debates das comissões registrados abaixo está disponível em www.senado.gov.br/jornal.

IRREGULARIDADES GRAVES

Com 41 obras citadas, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as obras que apresentam indícios de irregularidades graves, nesse momento em exame na Comissão Mista de Orçamento (CMO), foi o mais enxuto dos últimos nove anos. Em 2002, a lista chegou a incluir mais de 160 obras executadas com recursos do Orçamento da União com problemas dos mais variados tipos, desde alterações nos projetos a preços superfaturados. Os dados foram apresentados pelo titular da Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes, em audiência na CMO para debater com dirigentes de empresas e órgãos públicos os problemas existentes.

VICTOR CIVITA EDUCADOR

A Comissão de Educação (CE) homenageou os vencedores do prêmio Victor Civita Educador Nota 10 de 2009. O prêmio visa identificar, valorizar e divulgar experiências educativas de qualidade, planejadas e executadas por professores, diretores e coordenadores pedagógicos em escolas de ensino regular. Para David Saad, diretor-executivo da Fundação Victor Civita (FVC), o prêmio tem por meta melhorar a qualidade da educação básica em todo país, produzindo estudos e projetos que venham a auxiliar na capacidade dos professores, gestores e demais responsáveis pelo processo educacional.

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO FGTS

As alterações que estão sendo propostas na legislação que regula o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), principalmente na forma de correção dos recursos do fundo, são defendidas pelos trabalhadores, mas vistas com cautela pelo empresariado e pela Caixa Econômica Federal, administradora do FGTS. Posições divergentes sobre o assunto foram apresentadas aos senadores em audiência pública na terça-feira passada, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

IGUALDADE

Sugestão de projeto para garantir igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho e coibir práticas discriminatórias foi entregue ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Demostenes Torres (DEM-GO), pela ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire. A proposta, produzida pela secretaria e pelos ministérios da Justiça e do Trabalho, com contribuições de outras organizações e também profissionais em diversas áreas, baseia-se em princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas por Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

SANEAMENTO

O setor de saneamento básico no Brasil, que engloba tratamento de esgoto e água, não tem falta de recursos. Os maiores problemas são a gestão deficiente, a desvalorização da engenharia, a falta de projetos e a capacidade de endividamento dos municípios, que está esgotada. Essa é a opinião unânime dos convidados da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) que compareceram à audiência pública sobre infraestrutura e políticas públicas. O debate contou com a presença do presidente da Fundação Nacional de Saneamento (Funasa), Francisco Danilo Forte, entre outros especialistas do setor.

meio ambiente

Protestos marcam debate sobre usina de Belo Monte

O debate sobre o estudo de impacto ambiental (EIA) da hidrelétrica de Belo Monte (PA), no rio Xingu, promovido na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foi marcado por manifestações dos povos indígenas e das populações ribeirinhas contrárias à obra e por críticas à Funai.

O “rio Xingu pode virar um rio de sangue”, advertiram os índios em manifesto às autoridades em que reclamam que não foram consultados e declaram que a usina é inaceitável.

Marina Silva (PV-AC), ex-minis-

tra do Meio Ambiente, afirmou ter tido conhecimento de que o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, estaria se sentindo “muito desconfortável” no cargo diante das pressões para a liberação rápida da licença ambiental para Belo Monte.

Especialistas que participaram do debate apontaram omissões no EIA e questionaram a viabilidade da obra. Condições de navegação do rio e de manutenção da biodiversidade não estão garantidas, assim como não está assegurada a segurança hídrica e alimentar da população da região, disseram.

Proprietário poderá ser pago por conservar mata

Donos de terras deverão receber compensação ambiental pela adoção de medidas preservacionistas nas áreas próximas a unidades de conservação

Proprietários de terras vizinhas a unidades de conservação que mantiverem a cobertura florestal em torno de nascentes e ao longo dos cursos d'água poderão passar a ser remunerados a título de compensação ambiental. A medida consta de proposta (PLS 483/09) aprovada na terça-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O projeto altera a Lei 9.985/00, que trata do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação da Natureza, para prever que parte dos recursos destinados ao pagamento por serviços ambientais remunerem ações preservacionistas adotadas nas propriedades rurais situadas na chamada zona de amortecimento – áreas no entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar impactos negativos.

– Os agricultores não são vi-

lões, são conservadores – disse o autor do projeto, Gilberto Gollner (DEM-MT).

Osmar Dias (PDT-PR) apresentou parecer pela aprovação.

– O desmatamento pode, sim, ser controlado, mas a gente tem que dar compensação a quem faz e cumpre todos os critérios de preservar o solo, as águas e as florestas – argumentou.

O projeto vai à Comissão de Meio Ambiente (CMA), para decisão terminativa.

CRA estende Garantia-Safra à Amazônia

O benefício Garantia-Safra, poderá ser estendido aos produtores da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e parte do Maranhão. Atualmente, ele é destinado a agricultores cujas

propriedades estejam localizadas no Nordeste, no norte de Minas Gerais (vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e no norte do Espírito Santo que perderam suas lavouras devido a estiagem ou excesso de chuvas.

A ampliação consta de projeto (PLS 324/09) do senador Jefferson Praia (PDT-AM) aprovado pela Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA) e que segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o relator, Osmar Dias (PDT-PR), a extensão do Garantia-Safra aos agricultores da área da Sudam é “uma questão de justiça social e isonomia econômica a pessoas na mesma situação”.

Especialistas concordam que blecaute foi causado por raios e chuvas fortes

Especialistas da área de energia elétrica concluíram que o apagão elétrico ocorrido no dia 10 de novembro foi resultado da associação de descargas elétricas e de intensas chuvas que atingiram a usina de Itaipu, entre as cidades de Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP). Os fenômenos climáticos provocaram curtos-circuitos simultâneos em várias outras regiões, causando blecaute em 17 estados e no Distrito Federal.

A conclusão foi alcançada em reunião conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura e

de Assuntos Econômicos para discutir as causas do apagão. Participaram o diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia das Centrais Elétricas de Furnas, Cesar Zani; o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Gilberto Câmara; o diretor-geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, Albert Cordeiro; o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Djalma Mosqueira Falcão; e o diretor da Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente, Cyro Vicente Boccuzzi.

BIOCOMBUSTÍVEIS

O grupo de trabalho que elabora proposta de marco regulatório para os biocombustíveis deverá apresentar um anteprojeto em duas semanas. A ideia é estabelecer um marco duradouro que não crie dificuldades e não engesse nenhum setor da economia, disse Inácio Arruda (PCdoB-CE), que coordena o grupo.

CRIME

A CRE aprovou sugestão do senador Fernando Collor (PTB-AL) para que o presidente Lula encaminhe aos organismos internacionais competentes a proposta de os responsáveis por crimes contra o meio ambiente serem julgados pela Corte Penal Internacional, em Haia, na Holanda.

Senado recebe escoteiros premiados com visita à Antártica

Os escoteiros Daniel Lucas Rodrigues, Gabriel Renaldo de Souza e Pâmela Carvalho da Silva participaram de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde relataram viagem à Antártica. Eles foram escolhidos entre 172 grupos de escotismo de 18 estados que desenvolveram projetos de preservação ambiental em 2009. A viagem-prêmio foi oferecida por parceria entre a União Parlamentar Escoteira do Brasil, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e a União dos Escoteiros do Brasil (UEB).

A visita à Antártica, informou o presidente da CE, Flávio Arns (PSDB-PR), foi realizada em agosto deste ano.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a Frente Parlamentar Pró-Antártica, sugeriu concurso semelhante para escolas de nível médio.

Participaram ainda do encontro o coordenador do Mutirão Nacional de Ação Ecológica, Paulo Eugênio de Oliveira; o sub-secretário do Programa Antártico Brasileiro, José Robson de Medeiros; e o presidente da UEB, Rubem Perlingeiro.

ambiente legal

Nova forma de manifestação

Milhões de pessoas que defendem ações para enfrentar as mudanças no clima estarão representadas em mensagens e imagens coletadas em todo o mundo e que serão

entregues aos líderes mundiais que se reúnem na conferência do clima de Copenhague (COP-15), que começa nesta segunda-feira e prossegue até o dia 18.

Mensagens no Globo do Povo

A campanha “Hora do Planeta”, da rede WWF, coletou os recados e depositou em formato multimídia digital em uma esfera prateada, a The People's Orb (Globo do Povo).

A esfera, de 20 centímetros de diâmetro, possui um HD (disco rígido) de 350 gigabytes, e foi apresentada oficialmente na quarta-feira passada em Sydney, na Austrália.

Advertência em Copenhague

“Desculpe, nós poderíamos ter impedido mudanças climáticas catastróficas... mas não impedimos.” Essa advertência pode ser vista, por quem chega ao aeroporto de Copenhague, em diversos *outdoors* ao lado de fotomontagens com líderes como Barack Obama, Lula, Sarkozy, Gordon Brown e Angela Merkel. Esses dirigentes aparecem já com os cabelos brancos, supostamente em 2020.

Líderes confirmam presença

As ONGs ambientalistas Greenpeace e TicTacTicTac (esta se chama, nos Estados Unidos, TckTckTck) criaram esses *outdoors* para criticar a falta de ações mais concretas, diante do aquecimento global, por parte dos líderes mundiais. (As mensagens estão à vista de mais de 60 dirigentes que confirmaram presença na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática.)

Alertas já duram dois séculos

Os alertas sobre o risco de aquecimento começaram muito antes dos recentes relatórios das Nações Unidas. Em 1827, o matemático e físico francês Jean Baptiste Fourier fez essa observação, corroborada em 1859 pelo irlandês John Tyndall e, em 1896, pelo químico sueco Svante Arrhenius (Prêmio Nobel de Química em 1903). Arrhenius apontou a queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) como produtora de dióxido de carbono (CO₂) e calculou que a temperatura da Terra aumentaria 5°C com o dobro de CO₂ na atmosfera.

Senadores protestam contra corrupção

O escândalo de corrupção que atingiu o governo do Distrito Federal foi o principal assunto abordado pelos senadores na sexta-feira em Plenário. Pedro Simon apontou a impunidade como um dos maiores

problemas do país. Cristovam Buarque disse que o DF tornou-se um "mar de lama". Para Mozarildo Cavalcanti, os brasileiros já não acreditam nas instituições. E Mão Santa afirmou que nunca viu "tanto descaramento".



FOTOS: J. FREITAS



Empresários calculam propina como custo, diz

A impunidade continua sendo o grande mal no combate à corrupção, que campeia em todos os escalões dos órgãos públicos. O alerta foi feito pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), em discurso no Plenário. Para ele, a situação é tão grave que muitos empresários passaram a inserir em suas planilhas de custo percentuais destinados à propina.

Ao se referir à afirmação do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, flagrado recebendo um pacote de dinheiro, de que os recursos seriam destinados à compra de panetones para os pobres, Pedro Simon ironizou:

– A corrupção no Brasil seria suficiente para comprar todos os panetones do mundo.

Cristovam lamenta "profissionalização da política"

Numa análise do impacto que políticos corruptos causam hoje na sociedade brasileira, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) comparou o Distrito Federal a um mar de lama. De acordo com Cristovam, são vários os fatores que levaram a atividade política no Brasil a esse ponto, como a profissionalização da política, que, em sua avaliação, obriga o político a dizer exatamente o que a população, sondada em pesquisas de opinião, deseja ouvir.

– A política deveria ser uma função, mas virou uma profissão. Nós deveríamos ter aqui a clareza de que estamos com uma função específica, com um mandato determinado para realizar uma tarefa clara, numa luta para construir um país melhor.

Mão Santa: país sofre "tsunami de desmoralização"

Com críticas ao governo Lula e aos governos do Piauí e do Distrito Federal, o senador Mão Santa (PSC-PI) afirmou que o país foi tomado por "um tsunami de desmoralização e corrupção".

– Nunca vi tanto descaramento. Está na hora de o bravo povo de Brasília pegar o chicote e colocar esses vagabundos corruptos pra fora – protestou.

Comentários do presidente Lula sobre as denúncias de corrupção contra o governo do Distrito Federal – quando disse que "as imagens [recebimento de maços de dinheiro pelo governador José Roberto Arruda e assessores] não falam por si" – também motivaram Mão Santa a acusar o governo federal de se sustentar no tripé "corrupção/mentira/incompetência".

Brasil precisa ter consciência das causas, diz

Em apelo à sociedade, às instituições e à imprensa, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que todos ajudem a afastar da administração pública os políticos corruptos. A imprensa, disse, precisa continuar a apontar irregularidades e a cobrar a punição de culpados, mas precisa também conscientizar a população sobre as causas de o país ter políticos corruptos. O senador citou pesquisa publicada em 4 de outubro pelo jornal *Folha de S. Paulo* na qual a maioria dos entrevistados afirma não acreditar nas instituições brasileiras por considerar seus integrantes corruptos, mas muitos admitiram que eles próprios já praticaram atos ilícitos, como venda de votos ou falsificação de documentos.

Garibaldi cobra regras para parcerias na pesca

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu que a legislação preveja parcerias entre pescadores artesanais e a indústria da pesca. Para isso, pediu a aprovação de projeto (PLS 243/09) de sua autoria que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O parlamentar disse que a lei

atual (Lei 11.959/07) recebeu quatro vetos que deixaram de fora as parcerias, forma de trabalho popular em todo o país.

Nesse tipo de relação, os pescadores se associam a donos de barcos e de materiais. Porém, os contratos com pescadores profissionais, pagos em dinheiro e em

percentual do resultado da pesca, também precisam de regulamentação específica.

– Atualmente, as parcerias assumem caráter mais aproximado à relação de emprego, onde há um chefe com maior poder de barganha, sem a garantia de direitos trabalhistas – afirmou.



Para senador, relação de trabalho popular está fora da legislação

Serys diz que orçamento agrícola será recorde

O orçamento do governo federal para compras e subsídios diretos à produção agrícola será recorde em 2010, afirmou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela informou que somente os recursos reservados para a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos alcançarão R\$ 6 bilhões. Destacou ainda a destinação de R\$ 753 milhões para a compra de produtos da agricultura familiar e de assentamentos de reforma agrária.

Vale-transporte para estagiários e referendo no Acre

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) registrou a aprovação do seu projeto que assegura o vale-transporte aos estagiários (PLS 216/06). Outro projeto (PDL 867/09) aprovado com apoio de Mesquita Júnior prevê referendo no Acre sobre a mudança no fuso horário, que passou de duas horas a menos em relação ao horário de Brasília para apenas uma hora. Se a população assim decidir, a mudança pode ser anulada.

Goellner questiona edital para estádios

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) criticou edital do Ministério dos Esportes para licitação de equipamentos para estádios. Segundo ele, o texto é dúbio e pode ter sido direcionado a certas empresas. Informou que pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público acompanhamento da licitação.

Oswaldo Sobrinho cobra gás para Cuiabá

O senador Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) cobrou do governo federal ações para que seja retomado o fornecimento de gás natural da Bolívia à Usina Termelétrica Governador Mário Covas, em Cuiabá, suspenso desde 2007. Segundo ele, a estatal boliviana assumiu compromissos acima de sua capacidade de produção. – Se sabiam que não tinham gás quando fizeram novos convênios, por que fizeram? Há que ter algum controle – criticou.

Homenagem pelos 45 anos do Serpro

Avançar no processo de inclusão digital, principalmente pelo desenvolvimento de software livre (programa de computador que pode ser usado, copiado e modificado sem nenhuma restrição), foi uma das maiores conquistas colecionadas pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) ao longo de seus 45 anos de existência. O reconhecimento partiu dos senadores que homenagearam em sessão especial a maior empresa de tecnologia de informação da América Latina, com cerca de 10 mil funcionários. A sessão foi proposta por Ideli Salvatti (PT-SC) e contou com a participação de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Fátima Cleide (PT-RO) e Serys Slhessarenko (PT-MT), além do presidente do Serpro, Marcos Vinícius Mazoni.

institucional

Fórum pede fiscalização integrada de gastos públicos

Em debate com a participação de parlamentares, auditores e estudiosos, Marconi Perillo salientou a urgência da integração de iniciativas dos legisladores

A fiscalização e o controle sobre os gastos públicos foi o tema do 5º Fórum Senado Debate Brasil que reuniu, na quarta-feira da semana passada, legisladores, auditores e estudiosos no auditório do Interlegis.

A preocupação manifestada pelos participantes foi, sobretudo, com um trabalho integrado de fiscalização e com a inserção dessa tarefa na rotina diária dos legislativos federal, estaduais e municipais.

Representando a Presidência do Senado, o vice-presidente Marconi Perillo (PSDB-GO) observou que cabe à Casa avaliar os limites de endividamento de cada ente da Federação e a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Ele salientou a urgência de integração de iniciativas dos legisladores, em razão da crescente interdependência das ações governamentais.

Na análise de Marconi, a ação integrada na fiscalização da administração pública resultará em aperfeiçoamento das técnicas legislativas e em maior qualidade do gasto público, "valores essenciais numa democracia representativa".

Já o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Renato Casagrande (PSB-ES), recomendou que se intensifique a atividade de fiscalização, afirmando que o controle sobre o gasto de recursos públicos ainda não está



Carlos Gaban, Ubiratan Aguiar, Marconi Perillo, Casagrande e Antônio Helder Rebouças (D), durante o 5º Fórum Senado Debate Brasil, discutem fiscalização e controle dos gastos públicos

presente como deveria no dia a dia dos legislativos brasileiros.

– Nós temos que fazer com que fiscalização e controle sejam ações presentes, do município à União. Isso deve ocorrer nas comissões de fiscalização e controle, por técnicos que tenham capacidade de acompanhar o Orçamento – disse Casagrande, ao lembrar que, a partir do próximo ano, todos os órgãos técnicos terão que divulgar na internet sua execução orçamentária.

Em sua explanação, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, apontou a ação fiscalizadora atribuída aos legislativos brasileiros desde o início da República. Ele lamentou, no entanto, que, na avaliação do trabalho parlamentar, muitos se preocupam mais com a quantidade de projetos apresentados por cada legislador do que com a qualidade das ações

realizadas.

Ubiratan Aguiar referiu-se ainda à qualificação exigida pela Constituição federal para um ocupante de tribunais de contas, observando o quanto essas cortes são compostas por ex-parlamentares.

– Está na hora de buscarmos talentos noutros lugares. Que os nomes aprovados tenham a qualificação exigida pela Constituição, para que tenhamos tribunais de contas com maior qualidade técnica – disse o presidente do TCU.

O 5º Fórum Senado Debate Brasil foi conduzido por Marconi Perillo, tendo presentes à Mesa de trabalhos o senador Renato Casagrande, o ministro Ubiratan Aguiar, o deputado estadual pela Bahia Carlos Ricardo Gaban, da União Nacional das Assembleias Legislativas, e Antônio Helder Medeiros Rebouças, secretário de Coordenação Técnica e Relações Institucionais do Senado.

presidência

Sarney se licencia por dez dias

O presidente do Senado, José Sarney, só retomará suas atividades no Senado nesta sexta-feira. Ele encontra-se em São Luís, em licença médica para repouso de dez dias, que começou a contar no dia 1º.

No final de novembro, Sarney teve um mal-estar, diagnosticado como gastroenterite (inflamação no estômago e nos intestinos), quando recebia Jia Qinglin, presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

O presidente do Senado foi levado ao posto médico de emergência e, em seguida, ao serviço médico do Senado, onde fez exames que confirmaram o diagnóstico, juntamente com uma desidratação.

Em consequência, Sarney, que tem 79 anos, antecipou os exames que faz anualmente no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Segundo boletim médico divulgado pelo hospital, os resultados dos exames foram satisfatórios, mas Sarney recebeu a recomendação de repouso.

Marconi Perillo recebe missão da Nigéria

O vice-presidente da Casa dos Representantes da Nigéria, deputado Usman Bayero Nafada, visitou o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), que substitua o presidente José Sarney.

Os dois conversaram sobre semelhanças entre Nigéria e Brasil, países de grande extensão territorial que abrigam etnias e culturas diversas e que têm as maiores populações dos continentes em que se encontram. Foi lembrado também que os dois países têm grandes reservas de petróleo, que responde por 20% do produto interno bruto nigeriano.

Marconi afirmou que, com a descoberta de óleo e gás na camada pré-sal, o Brasil vai se tornar um dos maiores produtores de combustível do mundo, além de realizar o feito de aliar tecnologia de produção agropecuária com a de biocombustível. O senador sugeriu a visita da missão nigeriana à Embrapa.

O deputado Usman Bayero Nafada disse que busca atualizar os acordos entre Brasil e Nigéria e aproximar os parlamentos dos dois países. Do Senado, a missão seguiu para visitar o presidente da Câmara, deputado Michel Temer.

TECNOLOGIA

O auditório do Programa Interlegis, comunidade virtual dos legislativos federal, estaduais e municipais, recebe a partir desta segunda-feira o 2º Encontro Nacional do Gitec (Grupo Interlegis de Tecnologia). O evento, que vai até quarta-feira, é destinado às áreas de tecnologia da informação dos legislativos e vai discutir redes de internet públicas e sem fio, a utilização de *software* livre na produção de conteúdo e o uso das novas tecnologias digitais no processo de decisão da administração pública. Veja a programação completa do encontro. (<http://colab.interlegis.gov.br/wiki/IIEncontroGitec>).

LOUIS BRAILLE

A 5ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência vai de 15 a 18 deste mês e vai celebrar o bicentenário de nascimento de Louis Braille, criador do sistema de leitura para cegos. Nascido em 1809 na França, Braille ficou cego aos 3 anos, depois de um acidente doméstico. Com 15 anos, criou o sistema que permite a leitura com os dedos das mãos. Às 14h do dia 15, será realizada uma sessão plenária em homenagem a Braille, com a apresentação dos alunos cegos da Escola de Música de Brasília. No dia 16, às 10h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate a produção de livros em braille e, às 14h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) trata da saúde ocular, da prevenção da cegueira e dos males da visão. O evento contará também com a Turma da Mônica, e com o autor dos personagens, Mauricio de Sousa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) em papel reciclado

programação

Como fazer uma reportagem de rádio

O *Estação da Mídia* convidou a repórter Larissa Bortoni, o produtor Rodrigo Resende e o operador de áudio André Menezes para explicarem como se faz uma reportagem especial de rádio. Eles fazem parte da equipe da Rádio Senado que está preparando um especial sobre os cem anos de nascimento de Tancredo Neves. A reportagem deve ir ao ar em março de 2010.

Os três explicam todo o processo, desde a fase do projeto. Falam da seleção de entrevistas, da escolha de músicas e de efeitos sonoros e do uso de programas de computador para melhorar a qualidade do áudio.

Estação da Mídia

Senado FM
8/12, terça-feira, às 7h30
Internet: 8/12, terça-feira

Especialista comenta alta de investimento

Em 2009, cresceu o número de investidores estrangeiros no mercado brasileiro de ações. O principal motivo são as taxas de juros, mais atraentes do que as oferecidas em outros países.

As características desses investimentos e o perfil do mercado de capitais do país são alguns dos assuntos abordados no próximo *Senado Economia*, que conversa com Alexandre Guimarães, economista e presidente da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.

Senado Economia

Senado FM
7/12, segunda-feira, às 7h30
Internet: 7/12, segunda-feira



Comemoração da vitória de Mujica (no detalhe), em Montevidéu: maior votação da história do país vizinho

TV Senado exhibe entrevista com presidente eleito do Uruguai

José Pepe Mujica defende aprofundamento do Mercosul além das relações comerciais

O programa *Diplomacia*, da TV Senado, apresenta neste fim de semana uma entrevista exclusiva com o presidente eleito do Uruguai, José Pepe Mujica. É a primeira entrevista do futuro mandatário uruguaio a um veículo brasileiro e foi concedida aos jornalistas Romolo Mazzocante, da TV Senado, e Marcos Magalhães, da Agência Senado, que foram ao país cobrir o segundo turno das eleições e a sessão do Parlamento do Mercosul.

José Pepe Mujica foi eleito em 29 de novembro com a maior votação da história do Uruguai, com 52% dos votos válidos.

Ele vai dar continuidade ao governo da Frente Ampla, uma coalizão de esquerda à qual também pertence o atual presidente uruguaio Tabaré Vázquez. Na entrevista, ele propõe que a integração do Mercosul vá além das relações comerciais, com o envolvimento dos cidadãos e intercâmbios culturais e políticos mais profundos.

O novo presidente também adianta quais serão os rumos da política econômica de seu governo, e fala sobre o protecionismo econômico dos países. Ele assume o governo em 1º de março.

O *Diplomacia* ainda traz reportagens sobre o ritmo de incorporação das novas

regras da língua portuguesa, implantadas pela reforma ortográfica, e sobre a aproximação do Brasil com os países do Oriente Médio. No bloco cultural, apresenta a música do Caribe, com Suzanna Lubrano, e o documentário *O Cinema segundo Vladimir Carvalho*, sobre a vida e a obra do cineasta.

Diplomacia

TV Senado
12/12, sábado, às 11h30 e 22h30
13/12, domingo, às 9h e às 17h30



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - EcoSenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (40), Manaus (57), Natal (52), NET, Mais TV e Video Cabo Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Telesat (17)
UHF: Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m
PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: ¾

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Cotas

"Parabenizo a senadora Serys Silhesarenko (PT-MS) por ser favorável à reserva de 50% das vagas oferecidas pelas universidades públicas para afrodescendentes, indígenas e alunos de escolas públicas, historicamente excluídos do ensino superior. Agora, eles podem ter acesso aos cursos superiores, uma vez que essa reserva já foi adotada em algumas universidades do país."

Tadeu Baliza de Souza Júnior, de Feira de Santana (BA)

Tipo sanguíneo

"Sugiro a elaboração de uma lei que obrigue a constar na carteira de identidade ou na carteira nacional de habilitação o tipo sanguíneo do cidadão. Creio que, com essa medida, ficará mais fácil a identificação do tipo sanguíneo, fundamental em caso de acidentes."

William Barbosa de Souza e Vanuza Nunes Sá Souza, de Janaúba (MG)

Cadastro positivo

"Seria brilhante e, acima de tudo, justo que os senhores parlamentares elaborassem um projeto de lei criando um cadastro positivo para ser usado pelos bancos e financeiras. Como é do conhecimento de todos, em um empréstimo o que pesa mais nos juros é o risco de inadimplência envolvido na operação. Dessa forma, o cadastro positivo diminuiria significativamente o custo efetivo total do empréstimo."

Francisco Marcos de Lima, de Barbalha (CE)

NR: A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou na quarta-feira passada projeto que cria o cadastro positivo que você reivindica. Trata-se do PLS 263/04, do ex-senador Rodolpho Tourinho. O projeto foi modificado e aprovado pela Câmara dos Deputados e voltou ao Senado, onde ainda deverá tramitar em duas comissões antes de ser submetido ao Plenário. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), já anunciou que vai pedir urgência para a votação do projeto.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Piso salarial na educação

"Depois de muita luta, muita discussão e apesar de não contemplar o que merecem os educadores, a lei do piso nacional foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo governo federal, porém tornou-se uma farsa alimentada pelo poder corrompido com o intuito de fortalecer a desigualdade social, o desrespeito à educação e a manutenção do *status quo* de um processo de destruição dos interesses populares fomentado pelo sistema capitalista. Em todo o país, vemos os aliados do governo Luiz Inácio Lula da Silva promover um total desrespeito à lei, mesmo com a luta dos trabalhadores em educação. Vemos também uma total falta de mobilização da classe política no sentido de que a legislação seja realmente cumprida. Sugiro aos nobres congressistas que exijam o cumprimento da lei."

Francisco Djacyr Silva de Souza, de Fortaleza (CE)

Telefone

"Sugiro aos senadores a criação de leis que acabem com a taxa de serviços do telefone fixo."

Dilson Palmeira, de Valença (RJ)

Aposentados

"Parabenizo o senador Mão Santa (PSC-PI) pela crítica que fez ao adiamento da votação dos projetos que beneficiam os aposentados brasileiros. O compromisso assumido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, não foi honrado. Não respeitar, não honrar e não se comprometer com os idosos da nação é, simplesmente, renunciar à pátria, à família e aos valores republicanos e morais da sociedade."

Mauricio Picazo Galhardo, de Jaguarão (RS)

Telefonia celular

"Sugiro um projeto de lei para que as operadoras de telefonia celular aumentem a rede para que esses aparelhos não fiquem permanentemente fora da área de cobertura."

Carlos César Nunes Correa, de Niterói (RJ)

frases



A corrupção no Brasil daria para comprar panetões para todos os habitantes do planeta

Pedro Simon, que, ao comentar denúncias contra o governo do DF, apontou a impunidade como um dos maiores problemas do país.



J. FREITAS

Não podemos deixar que os autores de crimes contra a natureza e, portanto, contra a Humanidade – que equiparo aos genocidas e aos criminosos de guerra – fiquem impunes, por mais politicamente poderosos que, hoje, sejam

Fernando Collor, favorável a um tribunal internacional para julgar crimes ambientais.

É a PEC do Amor, e não a PEC do Divórcio, porque possibilita casar de novo e amar mais ainda

Romero Jucá, sobre proposta que acaba com exigência da separação judicial.

Nós temos, de um lado, uma cidade culta, bonita, moderna, que tem lazer, e, a uma distância constrangedora, uma enorme parcela da população vivendo abaixo da linha da dignidade humana

Marcelo Crivella, ao destacar a disparidade de renda como causa da criminalidade no Rio.



J. FREITAS

Contrariando cétricos e apocalípticos, críticos de última hora, eu acredito, sinceramente, que o resultado da Conferência de Copenhague vai ser algo mais do que uma simples reunião de líderes

Ideli Salvatti, ao apontar a expectativa global em torno da COP-15.

As pessoas com deficiência só precisam de oportunidades, porque têm muita capacidade e são muito mais competentes e eficientes do que alguns que se acham perfeitos

Paulo Paim, ao comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

O projeto é de alta relevância social, pois fecha mais uma porta para extinguir de vez esse mal que atinge a Humanidade

Oswaldo Sobrinho, sobre projeto que obriga reservar área para não fumantes em hotéis.



pergunte ao senador

O trabalhador e o direito ao PIS/Pasep

"As pessoas que trabalham em empresas privadas têm direito ao PIS/Pasep? Como fazer para receber o benefício?"

Paulo Viana de Sousa, de Brasília (DF)

O senador **Paulo Paim (PT-RS)** responde:

Paulo, claro que as pessoas têm direito a receber o PIS/Pasep, tanto o trabalhador da iniciativa privada como também o funcionário público. Você tem de verificar na sua carteira de trabalho, pois nela consta qual o estabelecimento bancário em que foi depositado esse benefício. Normalmente

Com informações da Rádio Senado

é na Caixa Econômica Federal. A partir disso, você deve procurar informações sobre o depósito. Infelizmente, existem milhões de reais que ficam depositados nos bancos e o trabalhador acaba não indo retirar aquilo a que tem direito.



JOSÉ CRUZ

Regras para os SACs são descumpridas

Um ano após a entrada em vigor do decreto que regulamentou o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) para fixar normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor

(SAC), muitas empresas foram multadas por não cumprirem as novas regras. Além das multas, o número de reclamações processadas pelos Procons revela que o serviço ainda deixa a

desejar. O setor de telefonia lidera com folga as queixas. Foram 4.705 recebidas pelo Procon de São Paulo. Em segundo lugar, as empresas de cartão de crédito motivaram 622 reclamações.

Procon-SP aplicou multas que somam R\$ 35 milhões

O decreto que regulamenta a atividade dos SACs ainda não vem sendo cumprido como deveria. Prova disso é o levantamento divulgado pela Fundação Procon-SP na semana passada. Após um ano de vigência das novas regras, a entidade já puniu 43 empresas por 50 casos de desrespeito à norma. As multas superam R\$ 35 milhões.

As empresas Telefônica, Claro, Tim, Vivo e AES Eletropaulo foram as que receberam as maiores sanções, sendo condenadas a pagar R\$ 3,19 milhões cada uma. O Procon-SP explica que a Telefônica e a Claro são reincidentes e foram multadas duas vezes pelo mesmo valor. As multas variam de acordo com a gravidade e a quantidade de infrações, além da condição econômica do infrator, ficando entre R\$ 212,82 e R\$ 3,19 milhões, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

Entre 1º de dezembro de 2008 e 30 de novembro passado, foram recebidas pela entidade, via internet, 7.335 denúncias de consumidores que, junto com as operações

de fiscalização, subsidiaram os processos administrativos contra as empresas.

Os setores que mais geraram reclamações dos consumidores foram: telefonia (4.705), cartões de crédito (622) e TV por assinatura (588). Os principais descumprimentos denunciados foram: contato com atendente demorou mais de dois minutos (4.849); consumidor teve que relatar o problema mais de uma vez (3.828); e ligação interrompida (3.313).

O Procon do Distrito Federal recebeu 2.866 denúncias dos consumidores no mesmo período e aplicou mais de R\$ 600 mil em multas pelo descumprimento do decreto. A entidade registrou 1.369 denúncias na área de telefonia, o que equivale a 49%. Dessas, 704 contra empresas de celular e 665 contra telefonia fixa.

Em segundo lugar, com 879 casos (31% do total), aparecem empresas do sistema financeiro – as de cartão de crédito à frente, com 377 denúncias, seguidas pelos bancos comerciais, com 207.

Site do Ministério da Justiça colhe relato do consumidor

Os Procons de todo o país recebem reclamações dos consumidores em relação ao atendimento nos *call centers* e as repassam ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Em agosto, começou a funcionar mais uma opção para avaliar a qualidade dos SACs: um novo espaço no site do Ministério da Justiça denominado "SAC – Como foi o seu atendimento?".

Na página, o consumidor poderá dizer se o atendimento foi adequado, se o atendente resolveu as pendências e se o tempo de espera foi respeitado, entre outros itens. É obrigatório

que o internauta registre seu nome, CPF e número do serviço para o qual ligou.

Segundo a secretária de Direito Econômico do Ministério, Mariana Tavares, "o serviço funciona como um termômetro, mais um instrumento de monitoramento dos SACs". As informações do consumidor podem ser utilizadas para ações de fiscalização e outras medidas, como a formulação de políticas públicas sobre o assunto.

"Não irá funcionar como um Procon. Ele será um espaço para que possamos ter uma melhor compreensão do que funciona e do que precisa ser feito", explica. Ela ressalta que o novo canal é uma forma de incentivar as empresas a terem uma conduta razoável.

Se o consumidor quiser apresentar uma reclamação para solução individual do seu problema poderá procurar diretamente um dos órgãos, os Procons, as defensorias públicas, o Ministério Público e entidades civis de defesa do consumidor.



Serviços de Atendimento ao Consumidor são obrigados a gravar ligações e a fornecê-las ao cliente se este solicitar

O que diz a regulamentação

Regras gerais

- as ligações para o SAC devem ser gratuitas;
- no primeiro *menu* eletrônico, devem ser apresentadas as opções de contato com o atendente, de reclamação e de cancelamento de contratos e serviços;
- a opção de contatar o atendimento pessoal constará de todas as subdivisões do menu eletrônico;
- o consumidor não terá a sua ligação finalizada antes da conclusão do atendimento;
- o acesso inicial ao atendente não será condicionado ao prévio fornecimento de dados pelo consumidor;
- o SAC estará disponível, ininterruptamente, durante 24 horas por dia e sete dias por semana;
- o acesso das pessoas com deficiência auditiva ou de fala será garantido, em caráter preferencial.

Qualidade do atendimento

- o atendente deve ter conhecimento técnico e saber os procedimentos para realizar o adequado atendimento ao consumidor, em linguagem clara;
- ressalvados os casos de reclamação e de cancelamento de serviços, o SAC garantirá a transferência imediata ao setor competente para atendimento definitivo da demanda, caso o primeiro

atendente não tenha essa atribuição. A transferência dessa ligação será efetuada em até um minuto.

- nos casos de reclamação e cancelamento de serviço, não será admitida a transferência da ligação; todos os atendentes devem poder executar essas funções;
- o sistema informatizado garantirá ao atendente o acesso ao histórico de demandas do consumidor;
- é proibido solicitar a repetição do pedido após seu registro pelo primeiro atendente;
- o sistema informatizado deve ser programado tecnicamente para garantir a agilidade, a segurança das informações e o respeito ao consumidor;
- é proibida a veiculação de mensagens publicitárias durante o tempo de espera para o atendimento, salvo com prévio consentimento do consumidor.

Acompanhamento dos pedidos

- será permitido ao consumidor o acompanhamento de todas as suas demandas por meio de registro numérico, que lhe será informado no início do atendimento;
- é obrigatória a manutenção da gravação das chamadas efetuadas para o SAC pelo prazo mínimo de 90 dias durante o qual o consumidor poderá

requerer acesso ao seu conteúdo;

- o registro eletrônico do atendimento será mantido por um período mínimo de dois anos após a solução da demanda;
- o consumidor terá direito de acesso ao conteúdo do histórico de suas demandas, que lhe será enviado, quando solicitado, em no máximo 72 horas, por correspondência ou meio eletrônico.

Resolvendo as demandas

- as informações solicitadas pelo consumidor serão prestadas imediatamente e suas reclamações resolvidas em, no máximo, cinco dias úteis;
- o consumidor será informado sobre a resolução de sua demanda e, sempre que solicitar, deverá receber a comprovação por correspondência ou meio eletrônico;
- a resposta do fornecedor será clara e objetiva e deverá abordar todos os pontos da demanda do consumidor;
- quando a demanda versar sobre serviço não solicitado ou cobrança indevida, a cobrança será suspensa imediatamente, salvo se o fornecedor indicar o instrumento pelo qual o serviço foi contratado e comprovar que o valor é efetivamente devido;
- o pedido de cancelamento de serviço deverá ser atendido imediatamente.

O site recebe relatos sobre atendimentos de empresas dos seguintes segmentos:

- ✓ banco comercial
- ✓ cartão de crédito
- ✓ telefonia celular
- ✓ televisão por assinatura
- ✓ telefonia fixa
- ✓ energia elétrica
- ✓ financeiras
- ✓ plano de saúde
- ✓ seguradoras
- ✓ transporte aéreo
- ✓ transporte terrestre.

Projetos disciplinam os *call centers*

Projeto de lei do Senado (PLS 542/07) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) fixa regras para os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, fax, correio de voz, internet e outras formas de SACs ou *call centers*. Já aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), aguarda decisão terminativa na Comis-

são de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Projeto de lei da Câmara (PLC 76/09) do deputado Vinicius Carvalho (PTdoB-RJ) obriga a empresa de telefonia a oferecer atendimento telefônico automático para cancelamento do serviço. A proposta, já aprovada na Câmara, aguarda decisão terminativa na CMA.

Saiba mais

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

Secretaria de Direito Econômico
Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios, bloco T, sala 520
Brasília (DF) – CEP 70064-900
Tel.: (61) 2025-3105
www.mj.gov.br/dpdc (nesse site é possível pesquisar endereços de Procons e outros órgãos de defesa do consumidor)